



Educação Ambiental em Unidades de Conservação:

Ações voltadas para Comunidades Escolares no
contexto da Gestão Pública da Biodiversidade

Guia informativo, orientador e inspirador

EDIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente: Dilma Rousseff

Vice-Presidente: Michel Temer

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ministro: José Sarney Filho

Secretário Executivo: Marcelo Cruz

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Presidente : Cláudio Carrera Maretti

DIRETORIA DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL EM UC

Diretor: Renato José Rivaben de Sales

COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Coordenador Geral: Paulo Roberto Russo

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Coordenadora: Karina Jorge Dino

WWF-BRASIL

Secretário-geral

Carlos Nomoto

Coordenador do Programa Amazônia

Marco Lentini

FICHA CATALOGRÁFICA

5574 Educação ambiental em unidades de conservação: 2016 ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade

ISBN 978-85-5574-031-2

- 1. Gestão da Biodiversidade e das Unidades de Conservação,**
- 2. Gestão Ambiental Pública**
- 3. Educação Ambiental em Unidades de Conservação nas Comunidades Escolares -Diretrizes Institucionais e Orientações Metodológicas**
- 4. Desenvolvimento Socioambiental**
- 5. Gestão Participativa.**

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

**Ações voltadas para Comunidades Escolares no contexto
da Gestão Pública da Biodiversidade**

GUIA INFORMATIVO, ORIENTADOR E INSPIRADOR

Brasília, Brasil

Maio de 2016

Esta publicação é fruto da parceria constituída entre a Coordenação de Educação Ambiental (COEDU) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o WWF-Brasil, com o apoio do Programa ARPA

PARTICIPANTES E COLABORADORES DO PROJETO

Alessandra Fontana - PARNA das Sempre-Vivas/ICMBio
Aline Roberta Poli - PARNA dos Campos Amazônicos/ICMBio
Ana Carolina Sena Barradas - ESEC Serra Geral do Tocantins/ICMBio
Anselmo Gonsalves da Silva - RESEX Chico Mendes/ICMBio
Célia da Silva Pereira - COEDU/ICMBio
Célia Regina das Neves - CONFREM
Claudia Conceição Cunha - CR6/ICMBio
Cláudio Rodrigues Fabi - CEPTA/ICMBio
Cristiane Rodrigues Menezes - PARNA das Montanhas do Tumucumaque
Dione do Nascimento Torquato - CNS
Frederico Schlottfeldt Brandão – WWF-Brasil
Henrique Saule - MMA
Iaci Szajnweld de Menezes – COEDU/ ICMBio
Juliana Cristina Fukuda - APA de Guapi-Mirim/ICMBio
Karina Jorge Dino - COEDU/ICMBio
Marcelo Oliveira da Costa – WWF-Brasil
Márcio Ricardo Ferla - PARNA dos Campos Gerais/ICMBio
Mariele Borro Mucciato Xavier - PARNA do Iguaçu/ICMBio
Nahyda Franca von der Weid - IBASE
Paulo Roberto Russo - CGSAM/ICMBio
Roberto Zanin - COEDU/ICMBio
Rogério Eliseu Egewarth - COEDU/ICMBio
Rosi Batista da Silva - RESEX Médio Juruá/ICMBio
Teresinha da Silva Martins – WWF-Brasil
Vera Christiana Pastorino - COEDU/ICMBio
Walciclea Purificacao da Silva Cruz - REBIO do Tapirapé/ICMBio

ORGANIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DOS TEXTOS

Nahyda Franca von der Weid - IBASE

COLABORAÇÃO NA REDAÇÃO DE TEXTOS

Claudio Rodrigues Fabi - CEPTA/ICMBio
Karina Jorge Dino - COEDU/ICMBio
Marcelo Oliveira da Costa – WWF-Brasil
Marcio Ricardo Ferla - PARNA dos Campos Gerais/ICMBio
Mariele Borro Mucciato Xavier - PARNA do Iguaçu/ICMBio
Nahyda Franca von der Weid - IBase
Teresinha da Silva Martins – WWF-Brasil

REVISÃO TÉCNICA

Ana Claudina Soares Lopes – COEDU/ICMBio
Célia da Silva Pereira – COEDU/ICMBio
Iaiá Floresta (Iaci Szajnweld) – COEDU/ICMBio
Karina Jorge Dino – COEDU/ICMBio
Maria Lúcia da Silva a Rocha – COEDU/ICMBio
Roberto Zanin – COEDU/ICMBio
Rogério Eliseu Egewarth – COEDU/ ICMBio
Vera Christiana Pastorino – COEDU/ICMBio

EDIÇÃO E REVISÃO DE TEXTO

Bruno Taitson

PROJETO GRÁFICO

Rede WWF

IMPRESSÃO GRÁFICA

Gráfica Editora Qualytá

ILUSTRAÇÕES

Carolina Ramalhete - Kairós
Winie Vasconcelos

DIAGRAMAÇÃO

Talita Ferreira

FOTOS DA CAPA

Roberto Zanin - ICMBio
Karina Jorge Dino
Acervo particular das UCs
Acervo WWF-Brasil

UNIDADE DESCENTRALIZADAS DO ICMBIO E ENTIDADES QUE COLABORARAM NESTA PUBLICAÇÃO:

Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREN)
Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
Projeto Asas do Jalapão
Projeto Biodiversidade nas Costas
Projeto Intercambiando
Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim/Estação Ecológica da Guanabara (RJ)
Estação Ecológica Serra Geral (TO)
Parque Nacional Campos Gerais (PR)
Parque Nacional do Iguaçu (PR)
Parque Nacional dos Campos Amazônicos (AM/RO/MT)
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (AP/PA)
Reserva Extrativista Chico Mendes (AC)
Reserva Extrativista Médio Juruá (AM)
Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais



© Simon Rawles - WWF-UK

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta publicação não seria possível sem a parceria preciosa dos companheiros do ICMBio, do WWF-Brasil e do movimento social, em especial da

Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM) e do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).

Desde o início, contamos com companheirismo, confiança, reflexões, energia e aporte financeiro desse importante grupo, que reuniu educadores ambientais, gestores de unidades de conservação, equipe técnica do WWF-Brasil e lideranças de comunitárias em unidades de conservação com atuação nacional. Sem essa rede de colaboração, a publicação não teria se materializado.

Assim, agradecemos a todos e, em especial, Marcelo Oliveira, Terezinha Martins, Frederico Schlottfeldt Brandão e Maria Beatriz Estevão de O. Vilela, preciosa equipe do WWF-Brasil que foi essencial para a materialização desse trabalho; à Nahyda Franca Von der Weid do IBASE, que foi fundamental alinhando ideias e facilitando diálogos de um grupo tão diverso; à Carolina Ramalheite, da Kairós, pelas belas ilustrações; à Célia Regina das Neves, da CONFREM, e à Dione do Nascimento Torquato, do CNS, que trouxeram a importante visão das comunidades tradicionais em unidades de conservação sobre o nosso trabalho; aos gestores do ICMBio, nossa prata da casa, que participaram presencialmente ou a distância, seja compartilhando experiências de educação ambiental em comunidades escolares no contexto das unidades de conservação, seja na construção ou revisão dos textos: Alessandra Fontana - PARNA das Sempre-Vivas, Aline Roberta Poli - PARNA dos Campos Amazônicos, Ana Carolina Sena Barradas - ESEC Serra Geral do Tocantins, Ana Claudina Soares Lopes - COEDU, Anselmo Gonsalves da Silva - RESEX Chico Mendes, Célia da Silva Pereira - COEDU, Claudia Conceição Cunha - CR6, Cláudio Rodrigues Fabi - CEPTA, Iaiá Floresta - COEDU, Juliana Cristina Fukuda - APA de Guapi-Mirim, Karina Jorge Dino - COEDU, Márcio Ricardo Ferla - PARNA dos Campos Gerais, Maria Lúcia da Silva a Rocha - COEDU, Mariele Borro Mucciato Xavier - PARNA do Iguaçu, Paulo Roberto Russo - CGSAM, Roberto Zanin - COEDU, Rogerio Eliseu Egewarth - COEDU, Rosi Batista da Silva - RESEX Médio Juruá, Vera Christiana Pastorino - COEDU e Walciclea Purificacao da Silva Cruz - REBIO do Tapirapé. E aos parceiros do ICMBio em nossas agendas socioambientais: Cristiane Rodrigues Menezes - parceira do PARNA das Montanhas do Tumucumaque, Universidade Federal do Amapá e Henrique Saule - MMA.

Também agradecemos ao secretário-executivo do WWF-Brasil - Carlos Nomoto, ao coordenador do Programa Amazônia do WWF-Brasil, Marco Lentini; ao ICMBio, em especial ao presidente Cláudio Carrera Maretti, ao diretor de ações socioambientais e consolidação territorial de unidades de conservação, Renato José Rivaben de Sales e ao coordenador-geral de gestão socioambiental, Paulo Roberto Russo por viabilizar essa parceria e possibilitar esse trabalho.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

APA

Área de preservação ambiental

CNS

Conselho Nacional das Populações Extrativistas

COEDU

Coordenação de Educação Ambiental do ICMBio

CONAMA

Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONFREM

Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas

DRP

Diagnóstico Rápido Participativo

EA

Educação ambiental

ENCEA

Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental

ESEC

Estação ecológica

GAP

Gestão ambiental pública

IBAMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBASE

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ICMBio

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MMA

Ministério do Meio Ambiente

PARNA

Parque nacional

PNEA

Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA

Política Nacional do Meio Ambiente

PPP

Projeto político-pedagógico

RESEX

Reserva extrativista

SISNAMA

Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNUC

Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC

Unidade de conservação

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	7
SUMÁRIO	8
APRESENTAÇÃO POR QUE UM GUIA?	10
SEÇÃO I. EM QUE FONTE BEBEMOS?	14
SEÇÃO II. E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UCS?	30
SEÇÃO III. E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UCS NAS COMUNIDADES ESCOLARES?	40
SEÇÃO IV. E AGORA COMO FAÇO?	54
SEÇÃO V. PARA NÃO CONCLUIR OU PARA CONTINUAR.....	58
ANEXOS	





APRESENTAÇÃO

POR QUE UM GUIA?

Antecedentes

A educação ambiental direcionada aos grupos sociais que convivem diretamente com a realidade das unidades de conservação, sejam os vizinhos, moradores, usuários ou beneficiários desses territórios protegidos, é uma estratégia essencial para o engajamento da sociedade na desafiadora tarefa de conservar as diversidades natural, cultural e histórica desses territórios.

De um modo geral, as ações de educação ambiental nesses espaços têm por objetivo a mudança de atitude dos indivíduos em relação ao espaço protegido, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e valores necessários à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento socioambiental.

Frequentemente, essas ações são executadas sem integração com outras em curso naquele espaço geográfico. Verifica-se uma grande dificuldade das equipes responsáveis pelos projetos em realizar processos de monitoramento e avaliação de resultados. Avaliar e demonstrar os impactos nas iniciativas de conservação ou sua capacidade de promover mudanças no processo de envolvimento e participação da sociedade na gestão da biodiversidade e das unidades de conservação é, ainda, um grande desafio para os gestores. Isso, invariavelmente, tem contribuído para reforçar a visão daqueles que não compreendem a educação ambiental como um importante instrumento de gestão. Certamente, não por culpa dos gestores dos projetos, mas por uma fragilidade crônica que há tempos permeia o contexto da educação ambiental em UCs no país.





A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA DEVE PERMEAR AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO INTERIOR E NO ENTORNO DE ÁREAS PROTEGIDAS

É bem verdade, no entanto, que monitorar impactos de conservação de projetos de educação ambiental remete a uma série de desafios conceituais e práticos. Isso se dá, especialmente, no cenário brasileiro de escassos recursos humanos e financeiros. Contudo, temos de ser capazes de mostrar minimamente que essas ações incidem em mudança de atitude, promovem engajamento e participação social e contribuem para a efetividade das unidades de conservação brasileiras. Em tempos de crise, precisamos ser mais eficientes e estratégicos em mostrar que investir na formação de atores sociais tem o potencial de promover transformação.

A educação ambiental crítica e emancipatória deve permear as práticas educativas no interior e no entorno de áreas protegidas. Os educandos e educadores dessas áreas, especialmente aquelas isoladas e com menos apoio, clamam por oportunidades. É preciso investir em modelos simples e inovadores de educação. Faz-se necessário promover o fortalecimento da participação social na gestão da biodiversidade, primando pela equidade de gênero, protagonismo do jovem e dos atores em vulnerabilidade ambiental e pela identidade local dos projetos. Assim, certamente, promoveremos a mudança do paradigma atual, que nos levou à crise ambiental e social em que vivemos.

Nesse contexto, é essencial que as instituições públicas, a sociedade civil organizada e os profissionais que se relacionam com o tema se mobilizem e participem desse processo de transformação, marcado pela mudança de paradigmas.

No âmbito do ICMBio, as ações de educação ambiental em comunidades escolares no interior e entorno de unidades de conservação tem sido uma das principais demandas de apoio encaminhadas à Coordenação de Educação Ambiental do Instituto (COEDU), que identificou a relevância da elaboração de diretrizes e orientações metodológicas como forma de fornecer apoio técnico e institucional para essas ações. No âmbito do WWF-Brasil, desenvolveu-se o Projeto Biodiversidade nas Costas, que tem por objetivo a elaboração participativa de material didático e pedagógico com e para comunidades escolares no entorno de unidades de conservação.



ESTE PROJETO SE PROPÔS A TRADUZIR A LINGUAGEM CIENTÍFICA PARA UMA MAIS DIDÁTICA E LÚDICA

Este projeto se propôs a traduzir a linguagem científica que, em geral, orienta a gestão desses espaços, para uma mais didática e lúdica, propiciando o acesso da população à compreensão mais detalhada sobre a importância da biodiversidade. Um exemplo disso é a experiência desenvolvida no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Amapá/Pará. Assim, observa-se um histórico de lições aprendidas nos processos de educação ambiental, especialmente no contexto das unidades de conservação federais. Uma nova abordagem se fortalece com essa publicação que busca sistematizar, alinhar, divulgar e transversalizar o aprendizado acumulado Brasil a fora.

As diretrizes aqui descritas decorrem de experiências e reflexões em torno do tema e não devem ser entendidas como “receitas”, mas têm por objetivo contribuir para potencializar os resultados e impactos esperados das ações de educação ambiental em comunidades escolares no contexto das UCs. Entendemos que, no desenvolvimento de novas ações de educação ambiental, adaptações aos contextos locais e específicos serão necessárias. Isso, no entanto, não isenta os responsáveis por essas ações de primarem para que elementos essenciais desses processos, aqui descritos, sejam considerados no planejamento e na implementação dos projetos.

ICMBio e WWF-Brasil apostam nesse guia como uma ferramenta de construção estratégica que vai apoiar, com consistência institucional, o desenvolvimento de ações de educação ambiental nas comunidades escolares em áreas de influência das unidades de conservação brasileiras. Esperamos, com isso, ampliar a participação social crítica na conservação dos recursos naturais e na valorização da cultura e da história desse imenso patrimônio nacional.

O caminho percorrido para construção do guia

Nosso principal desafio era a criação coletiva de um guia inspirador que pudesse orientar e informar os gestores de unidades de conservação sobre as ações de educação ambiental voltadas para as comunidades escolares presentes na área de influência das unidades.

O primeiro passo foi identificar experiências vividas nas UCs federais que já vêm trabalhando a EA em comunidades escolares que pudessem e quisessem compartilhar lições e reflexões já acumuladas. O convite aos gestores de tais UCs foi feito e delas participaram de todo o processo de construção deste material: APA Guapimirim (RJ), PARNA Campos Gerais (PR), PARNA dos Campos Amazônicos (AM), PARNA do Iguaçu (PR), PARNA Tumucumaque (AP/PA), RESEX Médio Juruá (AM) e RESEX Chico Mendes (AC). Também foi fonte de inspiração o trabalho desenvolvido pela ESEC Serra Geral do Tocantins (BA/TO) em parceria com o Parque Estadual do Jalapão (TO).

Além dos gestores e representantes dessas unidades de conservação, participaram também membros da equipe técnica da Coordenação de Educação Ambiental do ICMBio (COEDU/CGSAM/DISAT), do WWF-Brasil, do Ministério do Meio Ambiente, e representantes de entidades dos movimentos sociais, como a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM) e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). Os trabalhos foram conduzidos por uma consultora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) que também trabalhou na consolidação dos textos que compõem esse guia.

Dois encontros foram necessários para se construir coletivamente o roteiro, o conteúdo básico e o formato do guia. Eles tiveram os seguintes objetivos:

Oficina 1 – 27 a 29/10/2015

- ▶ Socializar as motivações que impulsionam essa proposta;
- ▶ Compartilhar experiências brasileiras de educação ambiental em UCs e suas aprendizagens;
- ▶ Construir as referências e estratégias metodológicas preliminares para educação ambiental em comunidades escolares situadas em UCs;
- ▶ Definir os próximos passos da proposta.

Oficina 2 – 03 e 04/12/2015

- ▶ Aprofundar o detalhamento do conteúdo do guia - identificando prioridades e especificidades por seção/capítulos;
- ▶ Ajustar e acordar a estratégia de consulta a especialistas de educação ambiental e servidores do ICMBio para validação e aperfeiçoamento do material em construção;
- ▶ Contribuir para as definições quanto a diagramação e ilustração.

Os encontros ocorreram na sede do WWF-Brasil, em Brasília, e o processo se deu de forma participativa. A ideia era permitir a construção de relação de confiança, troca solidária e entusiasmada entre os participantes envolvidos, contribuindo para o sucesso da continuidade do trabalho¹.

Na elaboração dos textos que compuseram o guia, contribuições variadas nas diversas etapas foram acordadas voluntariamente entre os participantes. Aqueles que foram convidados a colaborar com o processo de criação deste material também se tornaram autores e protagonistas neste trabalho. Todos nós apostamos juntos no potencial inspirador deste trabalho e torcemos para que possa impulsionar e qualificar ainda mais as ações de educação ambiental desenvolvidas em unidades de conservação.



¹ As programações detalhadas das duas oficinas encontram-se nos Anexos (Referencial Metodológico) deste Guia.

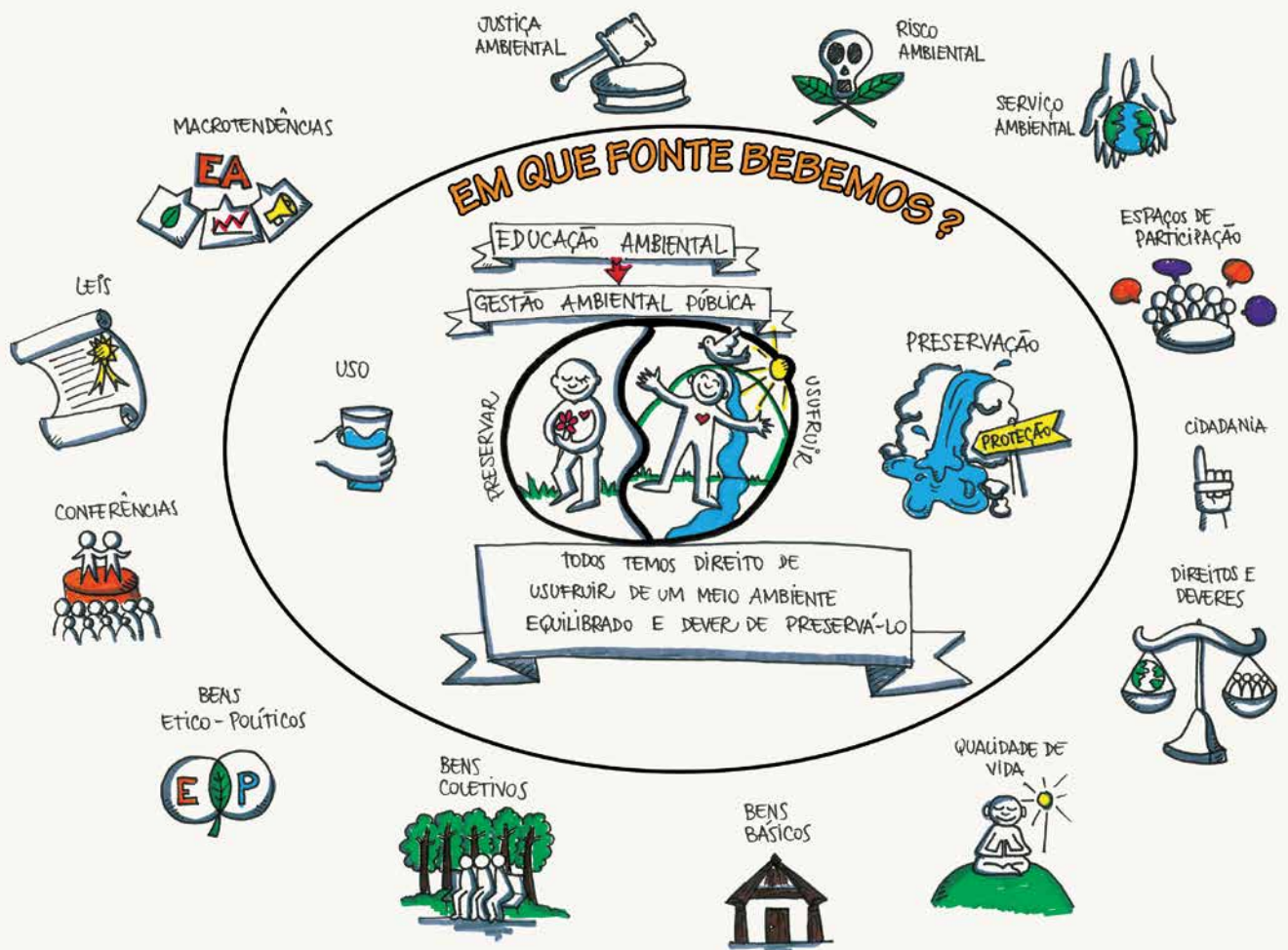
SEÇÃO I.

EM QUE FONTE BEBEMOS?

“ É preciso sair do pragmatismo puro e realizar práticas embasadas numa concepção educativa crítica, que dê condições de emancipação das pessoas envolvidas na gestão de um espaço protegido, a partir do entendimento de contexto que vivenciamos, ”

Relato de experiência no Parque Nacional do Iguaçu - Mariele Mucciato

Para iniciarmos esta conversa é preciso explicitar nosso caminho, deixando claro que vemos a educação ambiental como um instrumento de gestão ambiental pública (GAP). Veremos nas discussões abaixo, em que citamos diversos marcos legais que tratam do assunto, que isso não é uma questão de opção, mas de cumprimento das leis que tratam da questão ambiental no Brasil. Portanto, iniciamos este tópico com uma breve descrição do que entendemos como GAP.



Gestão Ambiental Pública



O artigo 225 da Constituição Federal diz:

“ Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Ou seja, todos nós temos um **direito** (de usufruir de um meio ambiente sadio e equilibrado) e, ao mesmo tempo, um **dever** (de defendê-lo e preservá-lo). Esse é o princípio da gestão ambiental pública. No entanto, é sabido que a GAP não é neutra — o Estado faz escolhas que determinam quem fica com o ônus e quem fica com o bônus das consequências da apropriação dos recursos ambientais disponíveis.

Para tratar desse tema, vamos nos referenciar no texto de Quintas, que faz a seguinte consideração:

“ A mesma coletividade que deve ter assegurado o seu direito de viver num ambiente que lhe proporcione uma sadia qualidade de vida, também precisa utilizar recursos ambientais para satisfazer suas necessidades. De um lado o interesse público que obriga a defesa e a preservação de um bem de uso comum: o meio ambiente, e de outro, a apropriação dos seus elementos constituintes por um indivíduo, por poucos, por muitos, mas não por todos os brasileiros. A prática desta mediação é a essência da gestão ambiental pública.”

(QUINTAS 2002)

Reforçando esse entendimento, o mesmo autor cita, ainda, que GAP é entendida

“ ... **Como processo de mediação de interesses e conflitos** (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal. Este processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e, também, como se distribuem, na sociedade, os custos e benefícios decorrentes da ação destes agentes”.

(Price Waterhouse-Geotécnica, apud QUINTAS, 2002)

Nesse sentido, garantir espaços para participar da gestão ambiental pública é propiciar **condições de cidadania** quando auxilia na garantia de um direito (meio ambiente ecologicamente equilibrado) e no cumprimento do dever de todo cidadão de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Outro fator importante que a Constituição traz é a afirmação de que o meio ambiente é essencial à sadia qualidade de vida, fato que não deve passar despercebido por nenhum gestor da área ambiental.

As Conferências que institucionalizam a educação ambiental



Após essa brevíssima discussão sobre a gestão ambiental, é necessário um resgate de como a educação ambiental passa a ser uma ferramenta para ajudar a minimizar a denominada crise ambiental. Não se trata de discutir o início do ambientalismo, nem mesmo da própria educação ambiental, e sim aclarar como ela vem se institucionalizando nas estruturas de Estado.

É inegável que a problemática ambiental ganha “status de primeira grandeza” na contestadora década de 1960, levantada por diversos movimentos populares, com preocupações relativas ao modo de relacionamento da sociedade humana com o meio físico natural. Problemas como a explosão do consumo, aliada ao aprofundamento das desigualdades sociais, ao rápido crescimento populacional e à extinção de recursos naturais não renováveis, levam ao reconhecimento institucional de uma crise planetária (Fabi, 2013). Não se trata apenas de uma crise ambiental, mas do modelo de desenvolvimento, conforme apontado também por Guimarães:

“ Os problemas ambientais são os problemas de desenvolvimento, problemas de desenvolvimento desigual para seres humanos e prejudiciais aos sistemas naturais. Isso não é um problema técnico, mas social e político, como foi estabelecido, com relutância, há mais de dez anos no Rio de Janeiro (RIO 92) ”.

(GUIMARÃES, R. 2002)

Como resposta aos diversos questionamentos, a UNESCO promoveu a **Conferência da Biosfera**, em setembro de 1968, em Paris. Um encontro da comunidade científica mundial para discutir programas de pesquisa e gestão ambiental que deu origem, três anos depois, ao projeto MAB (Man And Biosphere) e influenciou, junto com o relatório do clube de Roma, a realização da **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano** em Estocolmo, no ano de 1972. (NOBRE, 2002)

A **Conferência de Estocolmo** (como ficou conhecida) centrou-se nas questões políticas, sociais e econômicas discutidas por representantes de Estado de diversos países, inclusive do Brasil. Dentre inúmeras deliberações, pela primeira vez falou-se da educação ambiental, vista como uma estratégia oficial para mitigar a degradação do meio ambiente. (BRASIL, 1997).

Um desdobramento desses eventos, em 1975, é o lançamento do Programa Internacional de Educação Ambiental (**PIEA**). Esta oficina internacional de EA (Belgrado, 1975) fica responsável por esboçar conceitos globais para o tema e pela preparação da **Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi**, em 1977, que formalmente aprova os princípios e diretrizes que vão nortear ações de educação ambiental em todo mundo.

Como ponto de partida, a Conferência de Tbilisi enfatiza a necessidade de se trabalhar a educação ambiental em todos os níveis de ensino, chamando atenção para a solidariedade entre o gênero humano e a relação deste com o meio onde vive. Privilegia um enfoque educativo multidisciplinar, descartando a opção de uma disciplina específica.

Para esclarecer melhor o exposto, temos como uma das deliberações da Conferência de Tbilisi, quanto às finalidades da EA, o seguinte aspecto:

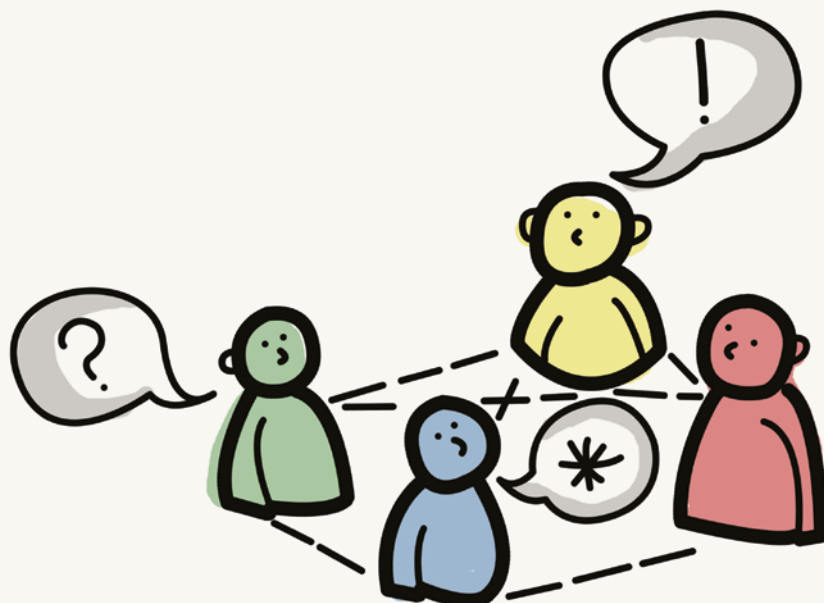
“ A educação ambiental é parte integrante do processo educativo. Deve girar em torno de problemas concretos e ter um caráter interdisciplinar. Sua tendência é reforçar o sentido de valores, contribuir para o bem-estar geral e preocupar-se com a sobrevivência da espécie humana”.

(Informe Final da Conferência de Tbilisi - BRASIL, 1997).

Com relação às funções, objetivos e público a quem se direciona, a Conferência de Tbilisi deliberou 41 recomendações que se desdobram em vários itens para os países membros: as estratégias, as finalidades, os conteúdos e o público alvo da educação ambiental.

Todas estas resoluções contribuíram para demarcar o caráter interdisciplinar da EA, em diferentes níveis, na educação formal e não formal, com uma visão complexa de meio ambiente levando em consideração os aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais. Mais do que difundir o conhecimento sobre funcionamento dos sistemas ecológicos, a educação ambiental deve contribuir para mudança de valores e atitudes na sociedade, não desvinculando os aspectos ambientais dos sociais e culturais.

Após Tbilisi, a EA se institucionaliza como ferramenta da gestão ambiental de Estado, inclusive com uma legislação específica ao tema.



Marcos Legais que legitimam a educação ambiental

Legislação Ambiental

No Brasil, em 1981, temos a criação da lei que define a **Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA - lei no. 6.938)** que contém o seguinte artigo:



Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: (...).

X - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

(BRASIL, 1981).

Pela primeira vez uma lei brasileira citava a educação ambiental como estratégia de defesa do meio ambiente. A influência de Tbilisi pode ser percebida quando cita “a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade”. Porém, deve-se destacar que a EA já tinha aparecido na legislação em 1973, enquanto atribuição da primeira Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) ligada à Presidência da República. Posteriormente, a Constituição de 1988 reforça o tema em seu artigo 225, que trata da questão ambiental e incumbe ao poder público: *promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente* (BRASIL, 1988).

Dezoito anos após a criação da PNMA e para garantir um direito constitucional, o Congresso Nacional aprova a **lei no. 9.795 /99** que cria a **Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)** que define:

POLÍTICA
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO
AMBIENTAL



Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

...

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social.

IV- o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do **exercício da cidadania;**

V- o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade VI- o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII- o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

(BRASIL, 1999 - grifos nossos)

O Art. 13., que trata da educação ambiental não formal, expressa em seu parágrafo único que o Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

A lei 9.795/99 é regulamentada pelo **decreto nº 4.281**, de 25 de junho de 2002, que é responsável pela criação do órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental - SISNAMA / Sistema Nacional de Meio Ambiente - dirigido em parceria, pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que trabalha com o ProNEA, Programa Nacional de Educação Ambiental. Ou seja, possuímos um marco legal que define a educação ambiental como dever do Estado para garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado **há mais de 30 anos.**

Outra legislação importante quando se fala em unidades de conservação é a **lei 9985/2000**, que institui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**, estabelecendo critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

No Art. 40, que trata dos objetivos do SNUC, temos:



(...)

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Outro artigo fundamental para gestão de unidades de conservação é o que define as diretrizes do SNUC, onde a participação é parte fundamental:

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que: [...].

II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao **envolvimento da sociedade** no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III - assegurem a **participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação**; [...]

(grifos nossos)

Além da lei 9985, que cria o SNUC, é importante citar outro marco regulatório para áreas protegidas, o Plano Nacional de Áreas Protegidas (decreto 5758/2006), no qual também são reforçados os princípios da participação na gestão:

1.1. Princípios. [...]

XVIII - pactuação e articulação das ações de estabelecimento e **gestão das áreas protegidas com os diferentes segmentos da sociedade**;

XX - **promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas**, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas;

(BRASIL, 2006) (grifos nossos).



A **legislação que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – Lei 11.516/2007** tem no artigo 2º, que trata das suas finalidades, o inciso III:

III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

Relacionado ao papel do ICMBio de gestão das unidades de conservação federais temos a recomendação nº 14, de 26 de abril de 2012 do CONAMA, que recomenda a adoção da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA). O documento² afirma que:



O cerne da ENCEA está nos processos inclusivos e no fortalecimento da cidadania que desencadeiam a tomada de decisão consciente pelas comunidades sobre as Unidades de Conservação

A ENCEA tem como objetivo geral:

“ Fortalecer e estimular a implementação de ações de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação, Corredores Ecológicos, Mosaicos e Reservas da Biosfera, em seu entorno e nas zonas de amortecimento; **promovendo a participação e o controle social nos processos de criação, implantação e gestão destes territórios**, e o diálogo entre os diferentes sujeitos e instituições envolvidos com a questão no país”.

(Brasil, 2010 - negrito nosso).

A ENCEA possui ainda vários objetivos específicos, dentre eles:

Estimular processos formativos voltados à mobilização e ao empoderamento de atores sociais que atuam no âmbito do SNUC para intervenção crítica e transformadora na realidade, para o enfrentamento dos desafios socioambientais e participação qualificada nas tomadas de decisão;

² Documento: Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação - ENCEA ver Link: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacao_encea.pdf.

Para fechar o conteúdo da ENCEA citamos duas das suas cinco diretrizes:

Diretriz 2: Consolidação **das formas de participação social** nos processos de criação, implementação e gestão de unidades de conservação;

Diretriz 3: Estímulo à **inserção das unidades de conservação como temática no ensino formal**;

Todo esse marco legal citado define a educação ambiental como um direito do cidadão e um dever do Estado, dentro das finalidades de criação do ICMBio no âmbito das UCs federais e na conservação da biodiversidade.



Legislação educacional

Além da legislação ambiental, é fundamental neste momento construir uma ponte que una a importância da educação ambiental no espaço da gestão ambiental pública, com a educação formal, ou seja, dentro do espaço escolar. Como uma pode e deve contribuir com a outra? Para iniciarmos esta discussão, vamos definir o que entendemos como o papel da educação na sociedade:

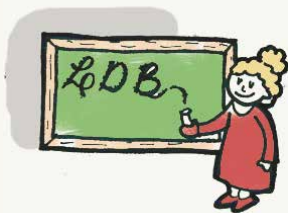
“ A educação escolar tem como principal função promover a consciência dos educandos para a compreensão e a transformação da realidade. Então, o que é próprio da escola é a garantia da transmissão - não mecânica, mas ativa - compreendida como apropriação, do saber elaborado pela cultura. ”

(Tozoni-Reis)

A legislação que rege a educação no Brasil é a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394**, de 1996. Em seu artigo 2º temos:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

1996
LEI DE DIRETRIZES
E BASES DA
EDUCAÇÃO NACIONAL



Aqui podemos fazer nossa primeira ligação com a educação ambiental. Tanto nos ideais de solidariedade como no preparo para o exercício da cidadania, esse vínculo com a escola ainda pode ser reforçado no artigo 27 da referida lei, quando diz:



Art. 27º. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

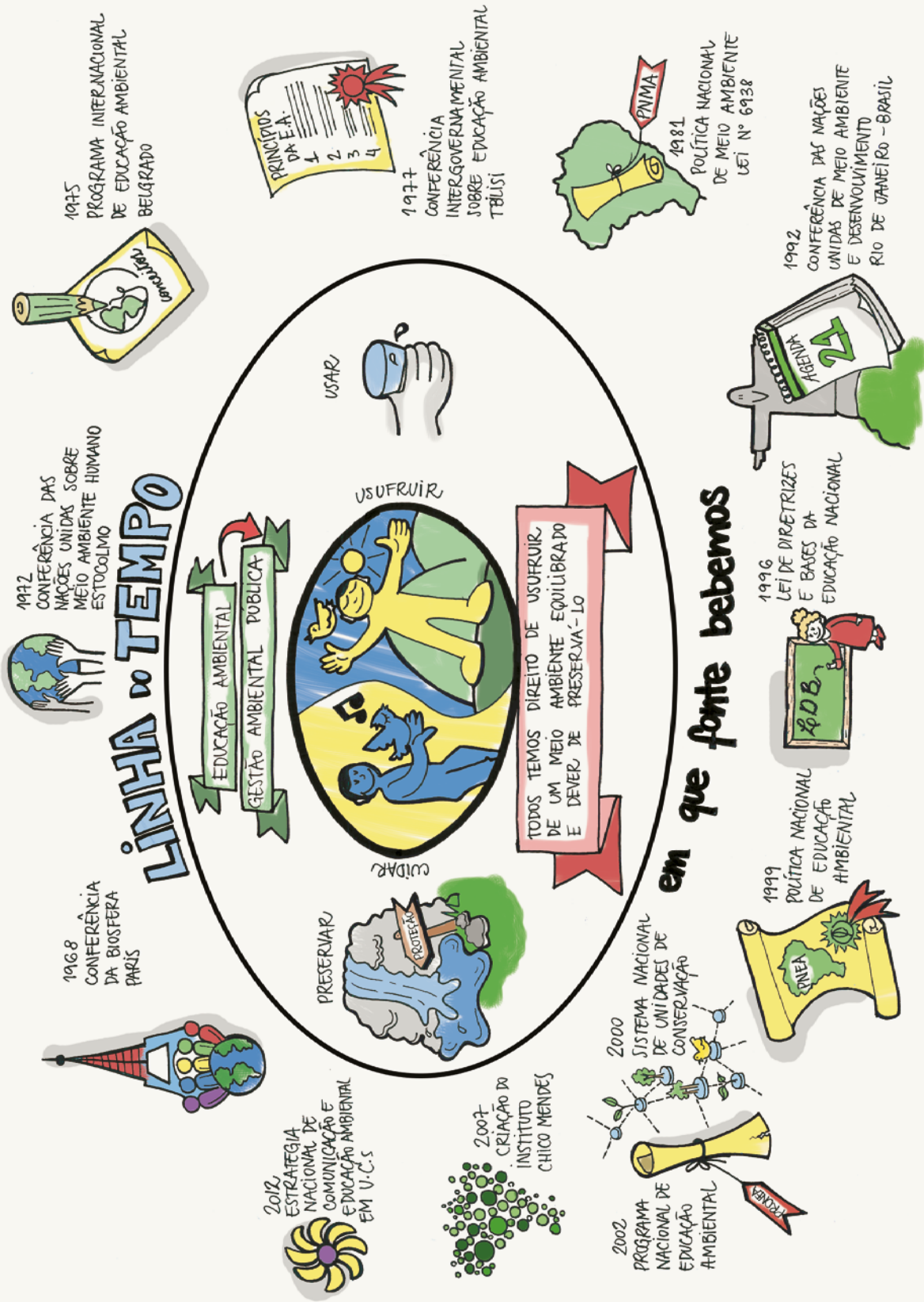
A EA tem um enorme potencial para trabalhar com currículos que levem a essa difusão, pois parte de um bem comum (o meio ambiente) e visa ao cumprimento de direitos e deveres, conforme já discutido neste texto. Outro debate já levantado é quanto ao fato de a educação ambiental não ser uma disciplina, mas permear todo processo educativo, o que na escola é definido como tema transversal. A resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (recomendamos fortemente sua leitura integral, veja nos anexos!), de onde vamos citar dois artigos:

Art. 3º A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído. Art. 6º A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino.

Outro artigo importante da resolução é como a EA pode ser trabalhada dentro da escola:

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer: I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares

Ou seja, podemos ver que os objetivos da educação ambiental se concatenam tanto na legislação ambiental, quanto na que trata da educação do ensino formal, destacando a participação, a formação de valores e a construção da cidadania por meio da proteção ao meio ambiente.



Macrotendências atuais da educação ambiental



Outra consideração importante a ser feita diz respeito à EA ser um campo amplo e possuir diversos significados, conforme pontuou Carvalho:

Em primeiro lugar, caberia perguntar: existe uma educação ambiental ou várias? Será que todos os que estão fazendo educação ambiental comungam de princípios pedagógicos e de um ideário ambiental comuns? Neste sentido, a EA é um conceito que, como outros da “família ambiental”, sofre de grande imprecisão e generalização.

(CARVALHO, 2001)

Existem várias concepções e nomenclaturas para a educação ambiental. Carvalho nos traz nomes que podem se desdobrar em outras tantas denominações de EA: *popular, crítica, política, formal, comunitária, não formal, para o desenvolvimento sustentável, ao ar livre, conservacionista, socioambiental, para solução de problemas, alfabetização ecológica e educação no processo de gestão ambiental*. Para facilitar seu entendimento apresentamos uma tabela que busca diferenciar três grupos que abarcam as principais linhas de educação ambiental hoje no Brasil.

As três macrotendências atuais:

Conservadora	Pragmática	Crítica
Correntes conservacionista, comportamentalista, alfabetização ecológica e do autoconhecimento.	Educação para o desenvolvimento sustentável e consumo sustentável	Correntes da EA popular, emancipatória, transformadora e no processo de gestão ambiental.
Distanciada da dinâmica social e política	Compensação para corrigir a imperfeição do sistema produtivo	Revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano
Apoia-se nos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva e na mudança dos comportamentos individuais	Percebe o meio ambiente como uma mera coleção de recursos naturais em processo de esgotamento	Busca enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental
Não questiona a estrutura social vigente em sua totalidade, mas apenas reformas de partes ou setores sociais	Promoção de reformas setoriais na sociedade sem questionar seus fundamentos de base	Oposição às tendências conservadoras e comportamentais
	Desconsidera a distribuição desigual dos custos e benefícios da apropriação dos bens naturais	Forte viés sociológico e político

Como o nosso material tem um enfoque específico no trabalho de EA junto a unidades de conservação, com foco em comunidades escolares que estão no território de áreas protegidas, nossa opção metodológica é o trabalho com a **Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental**, criada no IBAMA a partir dos educadores José Silva Quintas e Maria José Gualda e aprimorada com diversas contribuições teóricas desde os meados da década de 1990. Enfatizamos aqui a reflexão sobre as possibilidades de se trabalhar de forma complementar as diferentes concepções de EA, mantendo o olhar crítico e apresentando-a como promotora de cidadania.

Três teóricos em especial embasam a nossa construção sobre educação ambiental - Quintas, Layargues e Loureiro. Para um contato inicial colocaremos nesta seção, alguns de seus princípios e no anexo a esta publicação indicamos outros textos que podem complementar essa iniciação.

A EA no processo de gestão ambiental:

“ (...) é estruturada no sentido de superar a visão fragmentada da realidade proporcionando a compreensão da problemática ambiental em toda sua complexidade, respeitando a pluralidade e diversidade cultural e articulando os aportes de diferentes saberes e fazeres fortalecendo a ação individual e coletiva na gestão dos recursos naturais”.

(QUINTAS, 2006)

Um projeto de educação ambiental deve seguir em um sentido, pelo qual indivíduo e coletividade, questões sociais e ambientais são pensadas em unidade.

“ O esforço da Educação Ambiental deveria ser direcionado para a compreensão e busca de superação das causas estruturais dos problemas ambientais por meio da ação organizada”.

(QUINTAS, 2006)

Os sujeitos da ação educativa (ou o público dessas ações) devem ser, **prioritariamente**, segmentos sociais diretamente afetados pelos atos da gestão ambiental e dispõem de menos condições para intervir, como é o caso específico das populações tradicionais e não tradicionais residentes no entorno ou no interior das unidades de conservação, de forma a garantir um maior nível de participação na gestão de áreas especialmente protegidas.

Quanto aos conteúdos que condizem com essa linha metodológica, podemos recomendar alguns temas importantes como **justiça ambiental, risco ambiental e serviços ambientais** (LAYARGUES, 2000) enfatizando, no entanto, que os conteúdos a serem trabalhados devem ter o contexto local como principal referência.

Para uma discussão inicial desses temas, nos referendamos em Acsehrad (2005), quando afirma que as lutas ambientais ganham projeção na atualidade como lutas para garantir o caráter coletivo do meio ambiente, assegurando condições para desempenhar seu papel de prestador de serviços ambientais.

O valor da natureza entra em cena, como um potencial argumento contra sua devastação, uma vez que inclui a possibilidade de uma significativa valoração monetária dos benefícios indiretos que a natureza oferece à qualidade de vida do ser humano, a partir dos ecossistemas e das funções que eles exercem. (LAYARGUES, 2000).

Os riscos ambientais também reforçam esse caráter coletivo do meio ambiente. Risco ambiental remete à possibilidade de ocorrência de eventos danosos ao ambiente. Não há risco sem uma população [ser social] ou indivíduo [ser biológico] que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos. A partir do conceito de riscos ambientais introduz-se o conceito de justiça ambiental e conflitos socioambientais, nos remetendo a Layargues:

“
As consequências da degradação e poluição ambiental não são distribuídas igualmente entre a população. Nesse sentido, Hogan (1994) enfatiza que a mesma estrutura de classe social que determina a desigual distribuição da riqueza e dos canais de acesso aos centros decisórios, também determina a desigual distribuição dos riscos ambientais e da poluição, afetando, portanto, a qualidade de vida desses indivíduos. A justiça ambiental é o conceito que enfatiza a distribuição desigual do risco ambiental entre os pobres e as minorias étnicas, em relação ao conjunto da sociedade... Os ativistas do movimento pela justiça ambiental sublinham a necessidade de revisão dessa pauta (conservacionista), enfatizando que a questão principal reside no direito, igualitário a todo ser, a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, independentemente de raça, classe, gênero, cultura ou mesmo espécie”.

(LAYARGUES, 2000)

O papel que a educação ambiental pode exercer, quando fornece informações, conteúdos e propiciando habilidades e atitudes para participação na gestão ambiental pública, é fundamental. Machado (1991) e Hazen (1997) sublinham que o acesso à informação deve ser entendido como um importante componente da democracia ambiental, pois é vital para dotar a sociedade em geral, e as camadas populares em particular, de instrumentos para o **exercício da cidadania (apud Layargues 2000)**. Fechando essas conceituações iniciais, ressaltamos ainda que:

(...) cabe à educação ambiental contribuir para a participação pública, com o grau de informação pela população afetada pelos riscos ambientais, no sentido de poder entender e avaliar de que forma e em que medida está sendo afetada.

PASTUK (1993)

Com certeza o acesso à informação sobre a gestão ambiental pública sobre riscos ambientais, justiça e conflitos ambientais é fundamental para o exercício da cidadania, conforme recomendado na Política Nacional de Educação Ambiental e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PARA APROFUNDAR

- ▶ ACSELRAD, Henri. *Justiça Ambiental in Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores*. MMA, Brasília, 2005.
- ▶ BRASIL, **Lei Nº. 6.938 de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente**, Diário Oficial da União, Brasília, 1981 (DOU 02.09.1981).
- ▶ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Diário Oficial da União, Brasília 1988.
- ▶ BRASIL, **Lei 9.795/1999 Política Nacional de Educação Ambiental**, Diário Oficial da União, Brasília, 1999 (DOU 28.04.99).
- ▶ BRASIL. **Lei nº 9.985/2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Diário Oficial da União, Brasília, 2000 (DOU 18.07.2000).
- ▶ BRASIL **Decreto nº 5.758 Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas**, Diário Oficial da União, Brasília, 2006 (DOU 17.4.2006).
- ▶ BRASIL, **Lei 11.516/2007**, Diário Oficial da União, Brasília, 2007b(DOU 08.08.2007).
- ▶ BRASIL/MMA **Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**, MMA, Brasília, 2010 (disponível na internet em www.mma.gov.br/ea).
- ▶ BRASIL/UNESCO. **Educação Ambiental: as Grandes orientações da Conferência de Tbilisi**. IBAMA, Brasília, 1997.
- ▶ BUTTEL, F.H. *Sociologia Ambiental, Qualidade Ambiental e Qualidade De Vida: algumas observações teóricas in Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. EDUFFF, Niterói, 2000.
- ▶ CARVALHO, I.C.M. *Qual Educação Ambiental? Elementos para um Debate sobre Educação in Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, vol. 2, no. 2, Porto Alegre, abr/jun, 2001.
- ▶ GUIMARÃES, R *Desarrollo sustentable en América Latina y el Caribe: desafíos y perspectivas a partir de Johannesburgo* in Alimonda, Héctor (comp) **Los tormentos de la materia Aportes para una ecología política latinoamericana** Buenos Aires, 2002.
- ▶ LAYARGUES, Philippe Pomier *Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais* in Loureiro, Carlos Frederico Bernardo, LAYARGUES, Philippe Pomier, Castro, Ronaldo Souza de (orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. Cortez, São Paulo, 2000.
- ▶ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012**. Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2012.
- ▶ QUINTAS, J. S. – **Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente**. IBAMA, Brasília, 2002.
- ▶ QUINTAS, J. S. (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 3. ed. (Coleção meio ambiente, Série educação ambiental). IBAMA, Brasília, 2006 (pp.161-198).
- ▶ SEIXAS, SRC da; Campos Formagio, Cessimar de; Veiga Barbosa, Rebeca. *Áreas protegidas, uso e ocupação do solo, qualidade de vida e turismo no litoral norte paulista: algumas reflexões sobre o município de Ubatuba* in **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 10, núm. 2. UFRJ, Rio de Janeiro, 2010 (pp.121-137).
- ▶ TOZONI-REIS, M. F. C. *Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória* in **Educar em Revista** no. 27, Curitiba, Jan./Jun 2006





SEÇÃO II.

E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UCS?

“ (...) A representação do Estado como ator meramente repressor, encarnado em instituições como IBAMA, Polícia Federal, Funai e, a princípio, o próprio ICMBio, contribui para que os moradores se tornem avessos à sua presença. Sobre isso, é preciso salientar a importância e a singularidade do contato com a comunidade promovido pelo ICMBio no distrito. O diálogo a que este órgão se propõe é uma iniciativa inédita na região, dotada de potencialidades transformadoras a curto, médio e longo prazo. Assim, é preciso ressaltar a importância dessa via de comunicação como instrumento de organização local, cuja ênfase em estratégias de ação não verticalizadas promove uma real participação popular em assuntos de seu direto interesse. A partir da experiência em Matupi (distrito de Manicoré/AM), é possível afirmar que o projeto de educação socioambiental constitui um dos canais que tornam factíveis mudanças dessa envergadura”.

(Relato de experiência do PARNA dos Campos Amazônicos - Aline R. Polli).

Como o ICMBio exerce a Educação Ambiental?

Com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em 2007, foi estabelecida como uma de suas finalidades “*fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental*”. Ou seja, a educação ambiental é uma das finalidades do ICMBio. Assim, em 2011, foi criada a Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa, para implementar as diretrizes da Política

Nacional de Educação Ambiental (PNEA - Lei 9.795/99) e da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA, estabelecida pela Recomendação CONAMA nº 14, de 26/04/2014) nas unidades de conservação federais e centros nacionais de pesquisa e conservação. O objetivo é fortalecer ações institucionais que promovam a qualificação da participação social na gestão e promover a sociobiodiversidade.

O foco político-pedagógico está no fortalecimento de políticas públicas e ações institucionais que promovam: instrumentos de gestão e conservação da biodiversidade; participação efetiva na gestão das UCS dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade ambiental; espaços democráticos de participação na gestão de UCS e da biodiversidade.

Para isso, a Coordenação de Educação Ambiental do ICMBio promove e executa ações educativas voltadas para o desenvolvimento de capacidades de intervenção cidadã qualificada nos processos de gestão ambiental pública, em especial da biodiversidade e das UCS. Assim, a concepção de EA adotada no ICMBio é da educação ambiental crítica e emancipatória no processo de gestão ambiental. Tem como princípios o diálogo entre saberes e fazeres, o reconhecimento de diferentes territorialidades e identidades, a valorização da cultura e da organização social dos grupos sociais que são sujeitos das ações educativas. Ou seja, é uma concepção de educação ambiental que reconhece no educando sua autonomia e alteridade, buscando fortalecê-las.

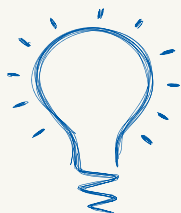
A Coordenação de Educação Ambiental tem como estratégias principais de implementação:

- › 1. Promoção da EA nas unidades de conservação e centros de pesquisa;
- › 2. Comunicação e produção de materiais pedagógicos;
- › 3. Articulação e parceria interinstitucional;
- › 4. Formação de educadores ambientais.

Como parte da implementação de suas estratégias 1 e 4, a Coordenação de Educação Ambiental implementa o curso de gestão socioambiental, em articulação com as demais coordenações do setor.

Esse curso tem atualmente três linhas temáticas de formação:

- › 1. Educação ambiental;
- › 2. Gestão participativa e
- › 3. Gestão de conflitos.



**FOI CRIADO O
CURSO DE GESTÃO
SOCIOAMBIENTAL,
QUE TEM SUA
IDENTIDADE POLÍTICO-
PEDAGÓGICA BASEADA
NA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL CRÍTICA E
EMANCIPATÓRIA**

Até 2014, essas três linhas temáticas se constituíam em três cursos distintos que coexistiam com poucos pontos em comum. Assim, eram oferecidos o curso de educação ambiental na gestão pública da biodiversidade, o ciclo de gestão participativa e o curso de gestão de conflitos. No entanto, a partir de 2014, iniciou-se um processo de integração dessas três linhas formativas com objetivo de fortalecer a formação dos gestores em gestão socioambiental, de modo que a coordenação geral pudesse, cada vez mais, contar com um grupo de gestores apto a contribuir para a implementação de processos nas unidades de conservação e centros de pesquisa mais alinhados com a missão dessa coordenação e do próprio ICMBio.

Assim, foi criado o curso de gestão socioambiental, que tem sua identidade político-pedagógica baseada na educação ambiental crítica e emancipatória (LOUREIRO, 2004) e sua identidade operacional na prática da gestão ambiental pública (GAP). Tem por objetivo capacitar os gestores para compreender criticamente o contexto histórico e sociopolítico no qual se situam a gestão ambiental pública e os desafios inerentes à proteção do patrimônio natural e à promoção do desenvolvimento socioambiental. Dessa forma, possibilita ao gestor ter uma visão crítica e ampliada do contexto onde ele atua e refletir sobre sua prática, compreendendo melhor os problemas, conflitos e potencialidades que permeiam seu campo de atuação.

A linha de educação ambiental também tem por objetivo a formação de educadores aptos a desenvolver processos pedagógicos junto a grupos sociais relacionados com a gestão da biodiversidade, ou seja, por meio do desenvolvimento de competências para formular, executar e avaliar processos educativos. O gestor é estimulado a planejar e implementar ações educativas que utilizem estratégias de ensino-aprendizagem que estimulem a participação social na gestão ambiental pública. Assim, a formação de educadores ambientais contribui para a conservação da biodiversidade, o exercício da cidadania ambiental e a qualidade de vida das populações envolvidas com a gestão da biodiversidade.

Atualmente, esse curso oferece momentos específicos de cada linha temática, tanto



A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ICMBIO TEM COMO UMA DAS PRINCIPAIS DIRETRIZES A FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS, POR MEIO DA PROMOÇÃO DE PROCESSOS EDUCATIVOS COM ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS COM AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

presenciais quanto a distância, mas há três momentos comuns que reúnem os participantes das três linhas temáticas. São eles o primeiro módulo do curso, fundamentos da gestão socioambiental, seminário de monitoramento de projetos e seminário final. Além disso, tem sido estimulada a implementação de projetos entre as diferentes linhas temáticas, buscando-se maior integração entre educação ambiental, gestão participativa e gestão de conflitos na implementação de ações de gestão socioambiental do ICMBio e por entidades parceiras que participam do curso.

Essa estratégia metodológica tem promovido o fortalecimento da articulação entre gestores do ICMBio, do SISNAMA e parceiros que atuam nas unidades de conservação e centros de pesquisa do instituto, contribuindo para maior efetividade da gestão pública da biodiversidade e das unidades de conservação federais.

Nesse contexto, a educação ambiental do ICMBio tem como uma das principais diretrizes a formação de educadores ambientais, por meio da promoção de processos educativos com atores sociais envolvidos com as unidades de conservação. A ideia é potencializar condições cognitivas e práticas para o fortalecimento dos espaços democráticos na gestão ambiental pública, contribuindo para o exercício da cidadania, a conservação dos recursos naturais, a proteção da biodiversidade e a melhoria das condições da qualidade de vida das populações envolvidas.

A busca pelo “desenvolvimento socioambiental” implica a necessidade inicial de formar capacidades para orientar um modelo de desenvolvimento de sociedade fundado em bases ecológicas, equidade social, diversidade cultural e democracia participativa. Isto estabelece o direito à educação, à capacitação e à formação ambiental como fundamento da sustentabilidade, permitindo a cada grupo social produzir e apropriar-se de saberes, técnicas e conhecimentos para participar nos processos de gestão do território. Portanto, propicia a esses grupos decidir sobre suas condições de existência e definir sua qualidade de vida. Isto contribuirá para a ruptura da dependência e redução das iniquidades fundadas na distribuição desigual do conhecimento, além de promover um processo no qual cidadãos, povos e comunidades possam intervir a partir de seus saberes e capacidades próprias nos processos de decisão e na gestão pública da biodiversidade.

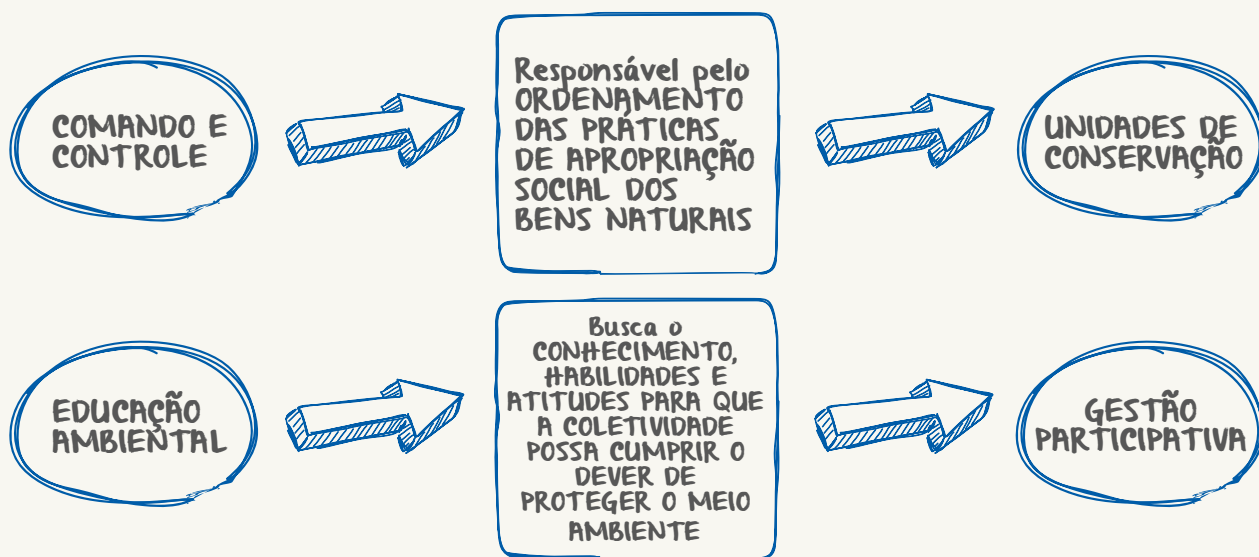
Para implementação de um modelo de desenvolvimento de sociedade com esse viés, é estratégica a manutenção do papel das unidades de conservação no fornecimento de serviços ambientais.

Um dos maiores desafios para que as unidades de conservação cumpram esse papel é a consolidação da participação e do controle social na gestão. As ações educativas promovidas pelo ICMBio refletem o potencial que esses espaços têm para desenvolver uma educação ambiental que articule objetivos de conservação com transformação social.

Qual é o papel do gestor educador?

Esta questão passa pela aparente sobreposição de papéis: a EA formal não é prioridade do ICMBio, e sim do MEC. Por outro lado, o gestor tem base legal para exercer a EA, além da atribuição e do dever institucional de implementá-la.

Um gestor de unidade de conservação ou centro de pesquisa tem em suas mãos dois principais **INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO PODER PÚBLICO**:



Com a preocupação que a abordagem deste tema buscasse a ênfase no dever do gestor exercer o papel de educador, sem ultrapassar limites de atribuição institucional, consultamos um dos mais experientes educadores no âmbito da gestão ambiental pública, o professor José Silva Quintas³, que começou nos dizendo o seguinte:

“ A educação ambiental na gestão ambiental pública, sempre tenho reiterado em minhas falas e escritos, tem como finalidade contribuir para construção de uma sociedade justa, democrática e ambientalmente responsável e segura, por meio da intervenção coletiva, organizada e qualificada da cidadania nas ações de regulação dos modos de apropriação social dos recursos ambientais praticadas pelo Estado. Mesmo determinando que garantir o direito coletivo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é incumbência do Estado e somente dele, a Constituição Federal não exime a coletividade da responsabilidade por sua proteção e defesa. Neste contexto a EA, na qualidade de uma das sete incumbências constitucionais do poder público para garantir a concretização deste direito, é antes de tudo uma educação voltada, sobretudo, para o exercício coletivo da cidadania no sentido pleno”.

³ Entrevista realizada com o Professor José Silva Quintas em 29/03/2016, Brasília

Sendo a escolarização e sua prática, particularmente na escola pública, um processo essencial para formação da cidadania, não há como deixar de lado a temática da gestão ambiental pública na prática curricular. As decisões tomadas pelo poder público sobre os modos de destinação e uso dos recursos ambientais na sociedade, por afetarem as várias dimensões da sua dinâmica social, são uma questão fundamental para ser trabalhada no currículo escolar, que não deve se resumir à grade curricular.

O histórico da abordagem da questão ambiental no mundo escolar revela a prevalência de uma visão naturalizada sobre ela e sacralizada da natureza (mesmo quando aborda temas atuais como sustentabilidade), passando ao largo da realidade da gestão ambiental pública com suas múltiplas e complexas mediações. Talvez por falta de acesso ao conhecimento sobre a GAP, haja a tendência de os professores do ensino fundamental e médio trabalharem a problemática ambiental exclusivamente no viés da responsabilidade individual para evitar e conter a degradação do meio ambiente. Daí o foco exclusivo nos chamados comportamentos ecologicamente corretos.

E, diga-se de passagem, o foco na ação individual e a quase nenhuma importância atribuída ao protagonismo coletivo não são monopólio da escola. Talvez o exemplo mais emblemático e trágico, por suas implicações na saúde pública, seja o do combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Há anos o poder público gasta fortunas para “conscientizar e ensinar” os moradores a evitem criadouros. Não se discute o problema coletivamente, que é antes de tudo ambiental, com e em escolas, ruas, bairros e cidades. Não há discussão das causas. Quando o assunto é tornado público é apenas para prescrever condutas tecnicamente corretas. Não há debate sobre as responsabilidades das pessoas com as outras e do Estado na promoção de políticas públicas de saneamento básico, pavimentação e moradia.

Por outro lado, não é demais lembrar que a resolução do Conselho Nacional de Educação N° 2, definidora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, considera que “o atributo ambiental na tradição da educação ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental”;...

Não há como a escola brasileira cumprir a missão constitucional de “preparo para o exercício da cidadania” tratando a problemática ambiental como fato natural em lugar de considerá-la um processo sócio histórico. Tomar o espaço da gestão ambiental pública como espaço para desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem na educação escolar, como propõe a educação ambiental na GAP, tem se mostrado um caminho promissor nos lugares em que se tem praticado. Educadores e gestores ambientais que atuam na GAP são portadores do instrumental de conhecimentos que a escola necessita para implementar a educação ambiental no seu âmbito. Portanto, estes profissionais e, principalmente os educadores, têm o dever de promoverem a socialização deste conhecimento na educação escolar”.

Para a definição das estratégias de educação ambiental adotadas pela equipe da UC no seu processo de gestão, alguns aspectos como leitura do contexto, identificação dos principais desafios e conflitos em que a unidade está inserida e quais atores sociais participam ou têm potencial de participação neste processo precisam ser considerados. Do mesmo modo, é fundamental o envolvimento de toda a equipe que trabalha na unidade de conservação.

Nas palavras do professor Quintas:

“ O gestor educador deve promover a mobilização dos outros gestores da unidade, para sensibilizá-los para o potencial de efetividade que uma prática de gestão ambiental pública fundamentada no exercício da cidadania possui. Assim eles poderão contribuir com conhecimentos específicos em processos formativos que deverão ser realizados com os sujeitos prioritários da ação educativa. Esta prática, além de legitimar a educação ambiental na equipe da UC, também, poderá evitar que o proposto pelos educadores da unidade de conservação entre em litígio com a prática dos demais gestores. Seria como se a UC tivesse duas caras: uma risonha e outra carrancuda.

No plano externo, o educador da UC deve buscar mobilizar atores estratégicos da comunidade escolar e de outros grupos com base em problemas, conflitos ou potencialidades socioambientais do território (condição ambiental) percebidos (não importa o nível de percepção) e assumidos coletivamente como importantes, para poder com eles debatê-los, priorizá-los e depois escolher aquele ou aqueles que serão abordados pedagogicamente pela escola. E neste processo, também promover a construção coletiva da agenda de trabalho e de compromissos, para as coisas poderem acontecer”.

“ **Ter cuidado para a UC e a escola não pautarem o debate com suas agendas internas.**”

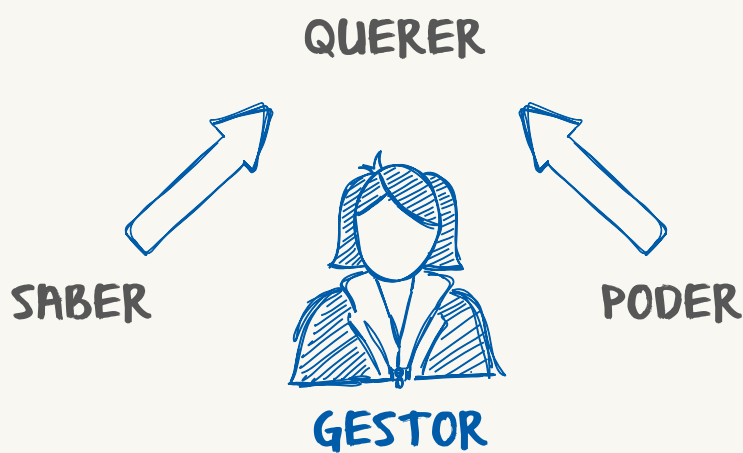
Levando-se em conta tudo que já foi abordado anteriormente sobre legislação pertinente, atribuição do gestor e entendimento sobre a EA adotada pelo instituto, chegamos ao seguinte esquema:

- › **QUERER** - relacionado ao perfil e formação do gestor e do contexto no qual a UC está inserida
- › **PODER** - tratando de existir legislação que permita a ação, atribuição clara, dever institucional e disponibilidade de recursos.
- › **SABER** – no sentido do entendimento de como trabalhar. Ter clara intencionalidade e, principalmente, sensibilidade, bom senso e humildade para buscar cursos para aprimorar sua capacidade para trabalhar com a educação ambiental.

Assim, se o gestor QUER, ou seja, tem o perfil; PODE, entendendo que é legal e que tem em sua atribuição o dever de trabalhar com EA no âmbito da UC; e SABE ou busca saber como trabalhar com a EA, é importante reforçar que as unidades de conservação

são instrumentos da gestão ambiental pública. Identificando ser a escola um ator importante na gestão da UC, o gestor deve ter o cuidado de não ocupar o lugar do professor neste espaço. É importante sempre lembrar que o papel do gestor de UC está amparado e ancorado na GAP. Como não ultrapassar este limite de papel do gestor e do professor? Este é um grande desafio!

A educação ambiental formal é atribuição legal do MEC, as UCs estão ligadas ao MMA. A estratégia de trabalho das UCs com as escolas deve, portanto, estar amparada numa intencionalidade clara de envolvimento da comunidade escolar na gestão



do espaço protegido, na forma como estes sujeitos podem ou devem contribuir na gestão participativa e de que forma a UC pode trabalhar com eles para fomentar esta participação. Às vezes caímos na armadilha de tomar um espaço que não é nosso e banalizamos a EA com práticas pontuais, quando entendemos que a escola é um campo fértil para trabalhar tanto com professores, como com a comunidade em geral.

Segundo Quintas, os cuidados para não tomar o lugar do professor incluem a chegada à escola por meio de instrumentos organizacionais e pedagógicos por ela instituídos (projeto político pedagógico, instância de gestão democrática, projetos de capacitação de trabalhadores da educação do sistema, supervisão / coordenação pedagógica etc.).

“ Não esquecer que a instituição escolar é complexa e portadora de uma cultura específica. ”

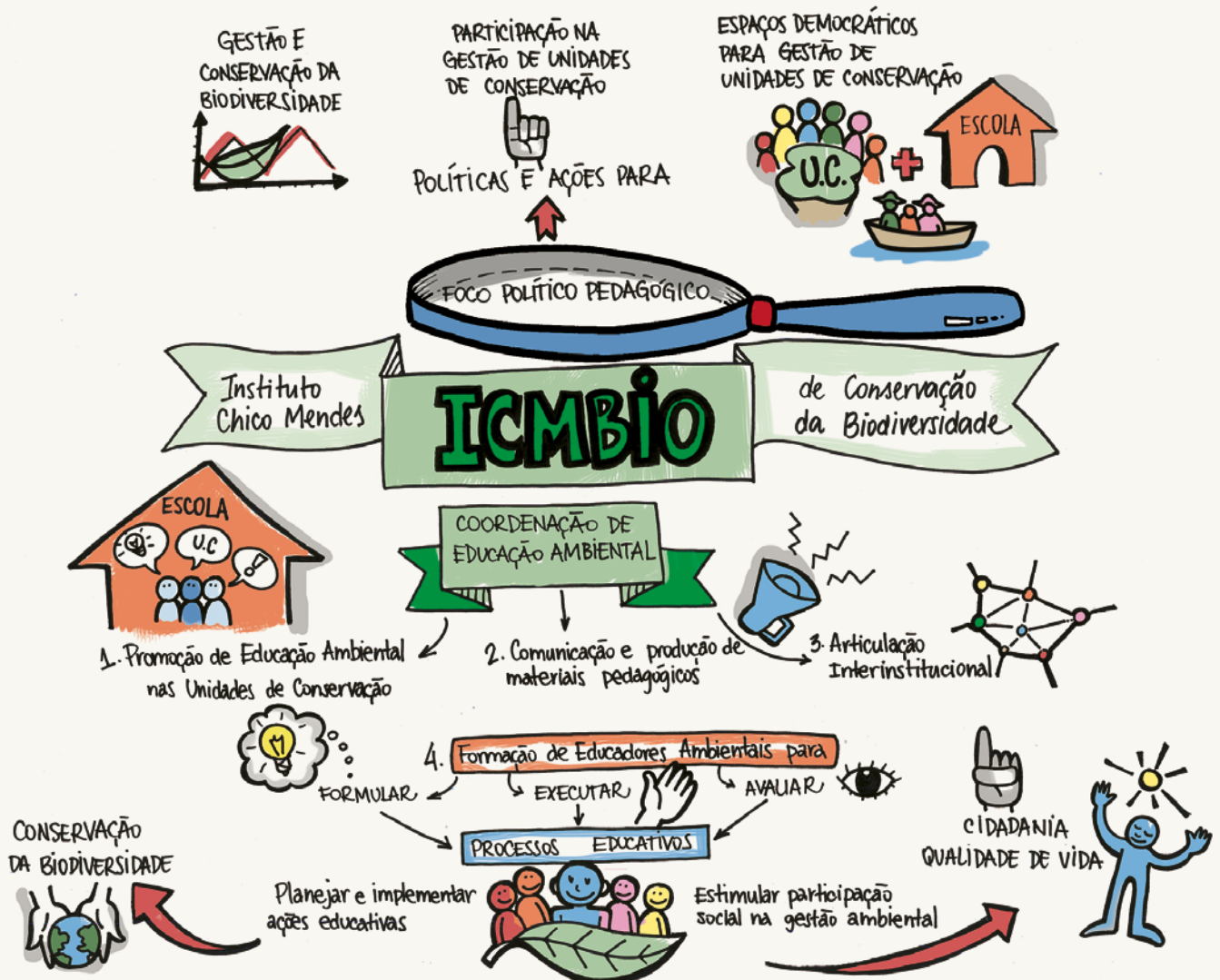
A UC pode se tornar um *espaço educador*, já que a educação ambiental está prevista em todas as categorias descritas no SNUC. Entendendo isso, não se pode lançar mão dos objetivos de criação da unidade e, reforçando, de como a escola pode participar e/ou contribuir efetivamente na gestão deste espaço.

Um espaço educador deve ter clara sua intencionalidade pedagógica e currículo pautado no exercício da cidadania e respeito socioambiental. A UC precisa ser pensada como parte de um território que contém vários outros elementos como populações tradicionais, populações vizinhas, culturas e saberes diversos, identidades e diversidades.

Com todos estes aspectos considerados, a decisão de trabalhar a EA formal no âmbito da UC pressupõe que o gestor assuma o espaço de articulador. É fundamental entender seu verdadeiro papel e não confundir com o do professor. Entender o contexto da unidade e também o contexto e necessidades da escola, buscar parcerias, ter abertura de diálogo e planejar conjuntamente as ações, nos coloca no verdadeiro papel do gestor na gestão ambiental pública.

Para Quintas, a necessidade de se trabalhar a educação ambiental formal no âmbito da UC é clara,

“ (...) evidentemente, desde que se tomem os cuidados pertinentes e (a ação de EA na escola), não se transforme em eixo exclusivo. A prioridade e a intensidade da prática dependerão dos recursos disponíveis (cognitivos, materiais e econômicos) que poderão ser mobilizados na UC e no território, para tocar o trabalho e, ainda, do contexto socioambiental vivenciado”.



PARA APROFUNDAR:



- ▶ LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; SAISSE, Maryane Vieira; CUNHA, Cláudia Conceição. “Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama da divisão do IBAMA à sua reconstrução no ICMBio” in **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28. Editora UFPR, Curitiba, jul./dez. 2013. (pp. 57-73).
- ▶ BRASIL. **Lei nº 11.516/2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. Diário Oficial da União, Brasília, 2007 (DOU 28.08.2007).
- ▶ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Paz e Terra, São Paulo, 2002.
- ▶ STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2ª edição, revisada e ampliada. Autêntica, Belo Horizonte, 2010.
- ▶ FONTANA, Alessandra; MARTINS, Jerônimo Carvalho; CUNHA, Cláudia Conceição; SANTIN, Laci; FABIANO, Fátima; DINO, Karina. “*Promoção da Participação Social na Gestão Ambiental Pública: A Formação de Gestores Ambientais no ICMBio*”. Artigo apresentado no **VII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social - SAPIS e II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social - ELAPIS**. Florianópolis, 2015.



© Simon Rawles - WWF-UK

SEÇÃO III.

E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UCS NAS COMUNIDADES ESCOLARES?

“ A primeira ação para viabilizar este programa do plano de manejo (ações a serem implementadas junto as comunidades), foi verificar junto às escolas do distrito de Santo Antônio do Matupi - Manicoré/AM o interesse em trabalhar com temáticas ambientais, pois, conhecendo o perfil da comunidade já se sabia que esta seria uma missão árdua. Assim, foi realizada uma reunião com o possível público beneficiário, composto por professores, coordenadores pedagógicos e diretoras das escolas do distrito. Neste encontro, não havia nada pronto, apenas a intenção da equipe em desenvolver alguma ação conforme o plano de manejo e o desejo de aproximação com os comunitários”

(Relato de experiência do PARNA dos Campos Amazônicos - Aline R. Polli).

Nesta seção serão apresentadas e comentadas algumas estratégias metodológicas que poderão dar conta da diversidade de contextos e dos desafios regionais em que está inserida a gestão pública da biodiversidade, especialmente no que concerne às unidades de conservação. Para tal, são sugeridos passos fundamentais que podem auxiliar os gestores educadores em sua missão de engajar com consistência, a partir da educação ambiental, as escolas da área de influência das UCS como parceiros estratégicos na promoção da conservação da sociobiodiversidade.

Algumas ferramentas metodológicas para cumprir cada passo são sugeridas. As metodologias participativas são destacadas, marcando a sua importância para a eficácia da ação educativa que se pretende. Porém, é fundamental que o(a) educador(a) que estará à frente do processo educativo se sinta à vontade para experimentar, adaptar, trocar e finalmente aplicar aquelas ferramentas que achar mais adequadas ao contexto onde está inserida a UC. É, ainda, prudente levar em conta que os métodos / ferramentas escolhidas não são o objetivo da ação, mas sim o meio para que a intencionalidade educativa seja alcançada.

Como ponto de partida recomendamos vivamente a consulta ao material pedagógico elaborado no âmbito da *Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação - ENCEA*, em especial o Caderno nº 3: “*O desafio de garantir participação no complexo universo da gestão*”. Esse material foi produzido com a intenção clara de fortalecer as equipes gestoras de UCS em sua tarefa de implantar a gestão participativa nas unidades. Enfatiza, sobretudo, as ações voltadas para a conquista de aliados no território para a conservação da sociobiodiversidade. Identifica, também, a EA e a comunicação como instrumentos que contribuem enormemente para articular grupos sociais, como as redes de educação formal e não formal existentes no território. Além disso, o 3º Caderno traz experiências concretas de UCS que já vivenciam com êxito a gestão participativa, trazendo reflexões importantes e avaliação de ações em curso⁴.

4 Caderno nº3 ENCEA http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/caderno3.pdf

Dentre as estratégias metodológicas para a implementação da ação educativa, daremos destaque às ferramentas utilizadas na elaboração do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)⁵. Esse instrumental exerceu influência significativa no emprego de métodos participativos. Ele surge por volta dos anos 1980, tendo como enfoque a utilização de um conjunto de ferramentas práticas e ágeis que contribuem no levantamento de informações úteis que servem, sobretudo, para prestar apoio a investigação, planejamento, diagnósticos mais descentralizados e uma tomada de decisão mais democrática que podem subsidiar ações ou políticas de desenvolvimento.

O DRP exprime uma maior consciência sobre o valor do conhecimento local para o êxito do que se está projetando como ação. A evolução e o aperfeiçoamento dessas práticas vêm se dando na medida em que elas se reproduzem e produzem novas reflexões sobre o seu uso. As experiências vêm mostrando as vantagens nos métodos mais flexíveis, baseados em análises grupais e não individuais e que façam comparações a partir de casos reais. É relevante a aprendizagem dos técnicos / pesquisadores de fora no sentido de entender que a população local tem uma capacidade muito maior para utilizar esses métodos e realizar suas próprias análises. A partir dessas e de outras reflexões sucessivas, alguns princípios são construídos e se tornam regras na aplicação de metodologias participativas:

- ▶ **Facilitação** - importância de boa habilidade na facilitação, com a finalidade de permitir que a população ou o público prioritário que vivenciará a ação se aproprie da maior parte ou da totalidade da investigação e da análise, para que seja dona dos resultados;
- ▶ **Compartilhar** - o hábito de compartilhar informações, métodos e dados, experiências de campo com transparência entre governo, grupos e organizações sociais e população local, sem insistir na questão da autoria das ideias e informações;
- ▶ **Comportamentos e atitudes** - os facilitadores externos são mais importantes que os métodos. Incluem: autoconsciência crítica e capacidade para reconhecer e aproveitar os erros, parar para ouvir e aprender, evitar proferir palestras magistrais, mas dar a palavra aos atores sociais locais, que são os principais mestres e analistas, tendo confiança de que eles podem fazê-lo; realizar uma intervenção tranquila e aberta.

⁵ Adaptado do texto DRP: depois de cinco anos, como estamos agora? ... Por Robert Chambers e Irene Guijt, Quito, Equador, Revista Bosques, Árvores e Comunidades Rurais, nº26, março, 1995.

Aos poucos, a adoção dessas práticas e à medida que a reflexão crítica sobre elas avança, uma dupla aprendizagem pode ocorrer e vai provocando mudanças significativas em quem as vivencia:

- › Os técnicos devem dedicar tempo para refletir sobre seus papéis nas interações comunitárias e sobre o que devem aprender, e se a população local está se beneficiando com isso;
- › Os membros das comunidades locais precisam desenvolver uma atitude de maior protagonismo na elaboração e na implementação das políticas de conservação. Isso pode se dar por intermédio de seu maior conhecimento sobre os instrumentos de gestão e dos seus direitos e deveres perante a conservação da biodiversidade. Também demanda tempo de construção de relações mútuas de confiança.

São muitas as ferramentas que vêm sendo experimentadas. Variedades de métodos surgem a partir da criatividade das pessoas e a lista de enfoques e sequências não para de crescer. Mas, se as atitudes são rígidas e enfocam o emprego dos métodos de forma mecânica, muitos não apresentarão bons resultados. Quando as atitudes são abertas e baseadas na qualidade dos processos e das relações pessoais, surgem novas oportunidades. Com atitudes e condutas apropriadas, cada situação específica proporciona uma gama de possibilidades para adaptar ou inventar novas variações.

Citamos, a título de exemplo, algumas técnicas utilizadas em DRP, diagnósticos e planejamentos participativos no âmbito da EA, como mapa falado, boneco, calendário, linha do tempo, diagrama de Venn, oficina do futuro, árvore dos sonhos, travessia, entre outras. Os objetivos de cada uma dessas técnicas e a descrição de como proceder na sua aplicação encontram-se nos exemplos empregados em projetos e programas de educação ambiental (Projeto OCCA, Caderno ENCEA nº 4, Programa ARPA), assim como no texto *“Ferramentas Participativas selecionadas-Técnicas de DRP”*, que podem ser consultados através das referências disponibilizadas nesta publicação.

Do planejamento à ação: o passo a passo:

Antes de apontarmos possibilidades de caminhos, uma lembrança:

“ Não há modelo único! Nem uma única “receita de bolo” que dará conta de todas as diversidades e complexidades regionais”.

Aqui apresentaremos a sugestão de passos estratégicos fundamentais que precisam ser necessariamente conectados, ou melhor, encharcados pelo contexto onde se situa cada UC. Nunca é demais lembrar que as estratégias ou ferramentas têm que ser sempre adaptadas ao contexto e às características do grupo ou sujeitos com quem se irá trabalhar, e nunca o contrário. É muito importante ter clareza sobre isso!

Passo 1. Primeiras aproximações, ou antes, de chegar à escola.

- ▶ **Decisão de possibilidades e prioridades:** Qual aspecto da gestão se pretende trabalhar?
- ▶ **Fazer a análise do contexto na gestão da UC dialogando com seus instrumentos:** conselho, plano de manejo, demandas territoriais já detectadas, equipe da UC/Centro. Recomendamos que a análise do contexto⁶ incorpore, de alguma forma, grupos sociais além dos gestores da UC e sua equipe técnica (em especial, aqueles que se encontram em vulnerabilidade socioambiental). Para isso, o mapeamento dos atores é fundamental. Porém, no caso de UCs com contexto de conflito muito intenso, talvez o envolvimento da comunidade precise ser depois de consultadas as esferas de educação. Ou seja, deve-se avaliar qual o melhor momento de envolver a comunidade a partir do contexto regional específico.

O resultado desta atividade inicial é a construção coletiva de um entendimento claro sobre o ator estratégico ESCOLA na gestão da UC e de seu território.

- ▶ **Escolha dos sujeitos da ação educativa (Com quem?):** identificar a(s) escola(s) com que se quer trabalhar.

Exemplos: escola situada em área estratégica para se aproximar de comunidade conflituosa; escolas de ensino médio se o objetivo for trabalhar com a juventude; escolas de educação infantil quando se pretender uma aproximação maior com as mulheres;

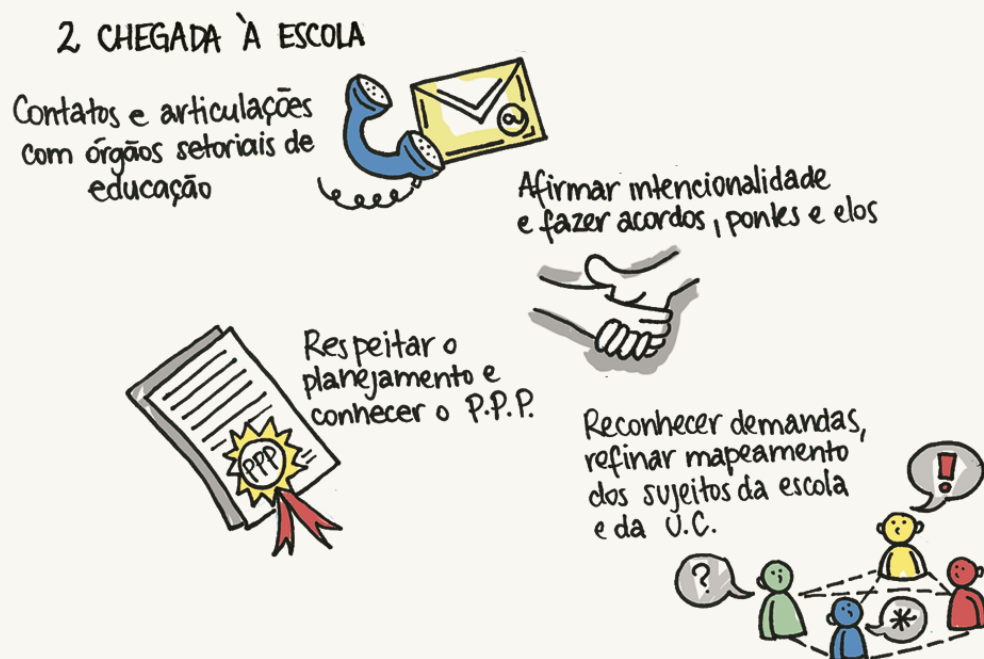
- ▶ **Construção coletiva da(s) intencionalidade(s) do trabalho:** Aonde se quer chegar com esse trabalho? Até onde deve ir a atuação dos gestores em relação às unidades escolares? Discutir e construir acordos, explicitando com a equipe envolvida a intenção do trabalho.



⁶ Sobre o assunto “análise de contexto na educação” recomendamos a leitura do texto: “Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico”- Quintas, 2008, e o texto “Os sete saberes necessários à educação do futuro” - Morin, 2000.

Passo 2. Chegada à escola

- ▶ Realização de contatos com os órgãos setoriais de educação: secretarias municipais e núcleos regionais, até chegar à escola que se quer trabalhar, respeitando a hierarquia e fazendo uma boa articulação com essas instituições;
- ▶ Deve-se observar que a escola tem um planejamento anual, assim, é muito importante tentar iniciar a discussão de forma a respeitar este planejamento. Caso a escola tenha o Projeto Político Pedagógico (PPP), deve-se buscar conhecê-lo, assim como as demandas da escola em relação à educação ambiental;
- ▶ Explicitação de forma clara da intencionalidade da ação educativa e promoção de acordos conjuntos (UC e escola). É o momento de construção de elos (ou pontes) entre contextos e necessidades, tanto da unidade, quanto da escola.
- ▶ **Refinamento do mapeamento dos sujeitos e da escola:** Buscar compreender a demanda de EA da comunidade escolar, conciliando-a com a intencionalidade da equipe gestora da UC e definir conjuntamente os sujeitos prioritários, identificando ainda que outros atores locais⁷ podem se envolver.



⁷ Dependendo das intencionalidades do trabalho definidas, representantes de grupos sociais específicos (populações tradicionais, movimentos ou organizações sociais locais) podem ser convidados a participar ou colaborar eventualmente com a ação educativa

Passo 3. Construção da ação educativa

- ▶ **Montagem da equipe pedagógica (com representantes da escola, UC, parceiros) definindo seus papéis.** Recomendamos a identificação e a inserção de representantes estratégicos de grupos sociais locais na equipe de construção da ação educativa;
- ▶ **Construção participativa do plano de trabalho ou de ação orientado pelas perguntas:** O que? Com quem? Como fazer? Por que fazer? Quando? Quais os recursos? Como conciliar objetivos e interesses da escola e da UC/Centro?;
- ▶ Basear-se em abordagens interativas, capazes de possibilitar o exercício da participação com responsabilidade social e diálogo, para construir processos de decisão e intervenção com solidariedade e cooperação. Recomenda-se, na construção do plano de trabalho ou ação, a aplicação da ferramenta “Diagrama de Venn” para o mapeamento “com quem faremos?”, a montagem de grupos de discussão que socializarão suas discussões através da visualização interativa de tarjetas e construção de painéis e a consolidação das ideias surgidas num quadro de planejamento⁸.
- ▶ Eis alguns exemplos de estratégias pedagógicas desta abordagem que poderão surgir no plano de trabalho ou ação: campanhas, oficinas, vivências de atividades, visitas orientadas à UC, cursos, pesquisa interativa com atores locais, construção coletiva de jornal mural e outros instrumentos de comunicação, simulações de debates e fóruns de negociação, elaboração conjunta de projeto de ação e intervenção local e elaboração conjunta das ações de EA que deverão constar do plano político pedagógico (PPP) da escola, valorizando contexto, cultura, saberes e valores locais.



⁸ Ver roteiros metodológicos do diagrama de Venn e de quadro de planejamento em http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/gestao_participativa/ProjetoOCCA_livro_completo.pdf (Anexo 1 da publicação: - “Roteiros Metodológicos utilizados nas Oficinas”)



IMPORTANTE LEMBRAR:

EA é processo!

As ações educativas planejadas farão parte desse processo, mas é necessário cuidar para não cairmos na armadilha de realizarmos só ações pontuais. É fundamental e estratégico inseri-las no processo, vinculando-as a um contexto maior de iniciativas, que façam sentido e tenham uma intencionalidade: a de reforçar a gestão ambiental pública da UC/Centro.

“ Todo método, mesmo o mais democraticamente construído, tem limitações e só funciona quando bem questionado, problematizado e, conseqüentemente, adaptado às diversas realidades e contextos em que são aplicados”.

(p.82, ICMBio, 2009, Projeto OCCA)

FERRAMENTAS PARTICIPATIVAS SELECIONADAS E SUAS REFERÊNCIAS:

» **Oficina do Futuro** (árvore dos sonhos, caminho das pedras, jornal)

Ver em:

Anexo sobre Experiências Inspiradoras: Relato de experiência do PARNA Campos Amazônicos - p. 5, Aline R. Polli; ou em http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/com-vida.pdf.

» **Cadernos da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação / ENCEA - Série “Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação”**, formada por cinco cadernos temáticos sobre o assunto, elaborada pelo Departamento de Educação Ambiental do MMA, em parceria com o ICMBio.

Ver em:

<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacaoambiental/category/154-serie-ea-uc>

» **Livro Projeto OCCA** – “Conselhos deliberativos em RESEX/RDS da Amazônia: uma experiência de capacitação participativa em processo”, ICMBio, 2009 - principalmente o capítulo 4 (p.81-117) “Metodologia construída e vivenciada nas oficinas OCCA”

Ver em:

http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/gestao_participativa/ProjetoOCCA_livro_completo.pdf

» **Cadernos ARPA - Caderno nº 4 - Técnicas e Ferramentas Participativas para a Gestão de UCs** (2009)

Ver em:

www.programaarpa.gov.br/wpcontent/uploads/2012/10/caderno4ArpaTecnicasParticipativas.pdf

Passo 4. Execução da ação educativa

Neste “passo”, a ação educativa planejada de forma coletiva no “passo” anterior é implementada. A recomendação é que o processo de execução seja o mais participativo possível, em acordo com as atividades planejadas, as responsabilidades e o cronograma assumidos na etapa de elaboração do plano.

- ▶ O monitoramento contínuo das atividades em execução ajudará a revisão e ajustes de algumas das atividades planejadas, caso necessário. O importante é dar transparência e compartilhar todas as informações e dificuldades surgidas com a equipe envolvida no processo, dando legitimidade a ele, bem como ir construindo, na medida em que a proposta avança, laços de confiança e amizade que podem se desdobrar em alianças e ações futuras importantes para a gestão territorial integrada.
- ▶ Considerando a concepção de “*educação ambiental crítica e emancipatória no processo de gestão ambiental pública*” e de seu foco político-pedagógico “*integrar a EA no processo de gestão ambiental*” adotados pela Coordenação Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM/DISAT) e pela Coordenação de Educação Ambiental (COEDU/ICMBio) e, ainda, os princípios adotados pela COEDU (EA e seus diálogos), recomendamos vivamente a leitura de alguns materiais pedagógicos já produzidos por essas coordenações, muitas vezes experimentados com sucesso nas atividades desenvolvidas pelas UCs brasileiras, que podem inspirar processos e ajudar nas escolhas de métodos e caminhos variados. Veja nos anexos!

4 EXECUÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA

- ★ com participação
- ★ respeitando o Plano de Trabalho
- ★ monitorando a cada passo

Passo 5. Acompanhamento e avaliação da ação educativa

Algumas sugestões para a realização do acompanhamento.

- ▶ Discutir a possibilidade de acompanhamento colaborativo que ajude a qualificar as ações implementadas, avaliando uma possível presença do gestor neste acompanhamento; reuniões mensais na escola com a presença do gestor da UC ou seu representante, por exemplo;
- ▶ Definição do nível de monitoramento: processual, de resultados e de impacto, explicitando essa diferenciação;

Processual - que se realiza no curso de implementação da estratégia. Permite realizar correções dos processos, caso necessário, e modular o ritmo da intervenção, confirmando ou reformulando estratégias e calibrando a aplicação dos recursos na direção desejada.

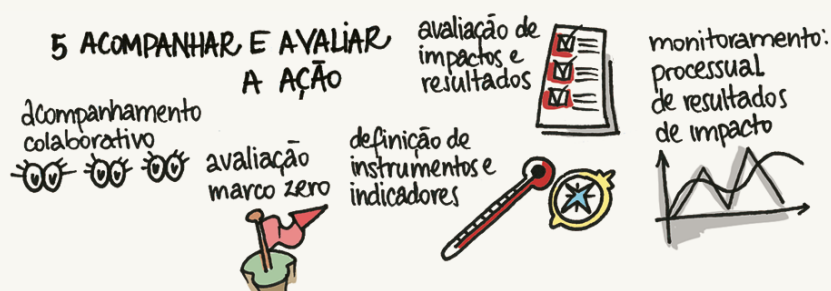
De resultados - realizado no fim do projeto, representa frutos, benefícios e mudanças obtidas a partir da intervenção realizada. Tem por finalidade apoiar a compreensão da mudança no contexto e de como a aplicação dos recursos contribuiu para promover novos projetos e iniciativas socioambientais e atitudes que ajudam a incrementar a cidadania ambiental.

De impacto - realizado após a conclusão do projeto ou ação educativa, refere-se à pesquisa das alterações que se verificaram no contexto da intervenção social. Possibilita, também, identificar outros fatores que convergem para as mudanças identificadas, diferentes de aspectos já detectados pela avaliação de resultados.

- ▶ Recomendação de construção de **avaliação marco zero** que auxilie no monitoramento processual;

A avaliação marco zero acontece antes da implementação de um determinado programa ou ação. Serve para orientar a equipe técnica no planejamento e também no monitoramento e avaliação das atividades. Trata-se do levantamento e organização de informações iniciais, formando um banco de dados sobre o contexto e as necessidades regionais e do público priorizado. Essas informações, organizadas antes de se iniciar a ação, possibilitarão o estabelecimento de parâmetros para orientar futuras comparações dos resultados e impactos alcançados pela ação implementada.

- ▶ Definição de instrumentos e indicadores para avaliações de resultados e impactos, construindo coletivamente questões chave (de acordo com o contexto de cada UC) orientadoras da construção dessas ferramentas.



EXEMPLOS DE QUESTÕES CHAVE PARA CONSTRUÇÃO DE INDICADORES:

Avaliação processual

- a) As atividades estão sendo realizadas nas datas planejadas? A agenda e a programação de cada atividade estão sendo implementadas?
- b) A frequência e a atuação dos participantes estão de acordo com o previsto?

Avaliação de resultados

- a) Houve maior participação da comunidade escolar nas atividades da UC?
- b) Houve ampliação do número de parcerias decorrentes da execução do projeto?
- c) Houve ampliação do número de projetos de educação ambiental desenvolvidos a partir da estratégia criada?

Avaliação de impactos

- a) As ações da UC influenciaram o PPP das escolas?
- b) Em relação à melhoria da relação entre a comunidade do entorno e interior e a unidade de conservação:
 - Houve redução do nível de rejeição em relação à UC (ameaças à equipe gestora, e por exemplo)?
 - Houve redução das ameaças à integridade da UC?
 - Ampliou-se a presença do gestor na comunidade da UC?
 - Ampliou-se o número de demandas da comunidade ao gestor?
 - Ampliou-se o número de convites para participar de atividades comunitárias?
- c) Em relação a ampliar o engajamento e a participação da sociedade na gestão da UC e na conservação da biodiversidade:
 - Houve aumento do número de interessados em participar dos processos de gestão da UC?
 - Houve ampliação ou diminuição do número de denúncias da comunidade para o gestor?
- d) Em relação à multiplicação do processo de integração entre comunidade e escola, a escola deve dialogar com a realidade social, cultural e econômica das comunidades no interior e entorno das UCs, especialmente no que se refere a comunidades tradicionais. Deve, também, valorizar as identidades locais.
 - Houve alguma diminuição da migração e do êxodo de comunitários, especialmente de jovens, para fora da área de influência da UC?
 - Houve reconhecimento da escola como espaço comunitário utilizado pela comunidade para tratar assuntos de seu interesse?
 - Passou a existir organização de pais e mestres para tratar de assuntos da escola?
- e) Em relação à valorização dos processos produtivos locais pela educação (escola):
 - A escola está adaptada aos modos de vida das comunidades tradicionais?
 - Foi observado o empoderamento da educação ambiental como mecanismo de controle social sobre as políticas públicas?

- » Outros indicadores de monitoramento do grau de participação alcançado pelo projeto desenvolvido podem ser pesquisados em: Tabela 3 - Indicadores de participação em projetos de conservação e situações que requerem atenção especial por parte dos coordenadores do projeto (alerta). Fonte: Borrini-Feyerabend (1997a), adaptado.

Ver em: <http://www.programaarpa.gov.br/wpcontent/uploads/2012/10/caderno4ArpaTecnicasParticipativas.pdf>.

Passo 6. Comunicação e divulgação do projeto

- ▶ Definição coletiva de estratégia de comunicação que irá fortalecer a ação educativa (levando sempre em consideração que essa comunicação deve ser inclusiva, cooperativa e duradoura). Algumas perguntas podem ajudar a estruturar a estratégia de comunicação: o que se quer comunicar? Para quem se quer comunicar? Quais os resultados esperados? Qual o melhor formato? Quais os possíveis canais de divulgação? É importante incluir esse tópico no plano de trabalho da ação educativa.
- ▶ Sugestões de diretrizes para a comunicação:
 - ▶ A comunicação deve ser pensada e planejada desde o início do projeto;
 - ▶ A comunicação deve ter um foco interno e externo às instituições envolvidas (UC e escola);
 - ▶ É importante ter pessoas com conhecimento e experiência em comunicação para pensar a comunicação do projeto;
 - ▶ É preciso estabelecer parcerias para realizar a comunicação;
 - ▶ Nas ações de comunicação, é preciso definir claramente o público alvo, as mensagens e os canais de comunicação institucionais e regionais, dentre outros aspectos.
 - ▶ Deve-se desenhar uma aliança entre parceiros locais e não locais como estratégia de garantia de continuidade da ação de EA integrada à escola e à UC e, ainda, de fortalecimento da gestão participativa da UC e da escola. É necessário formar redes de colaboradores, estabelecer termos de reciprocidade e outros instrumentos formais colaborativos.



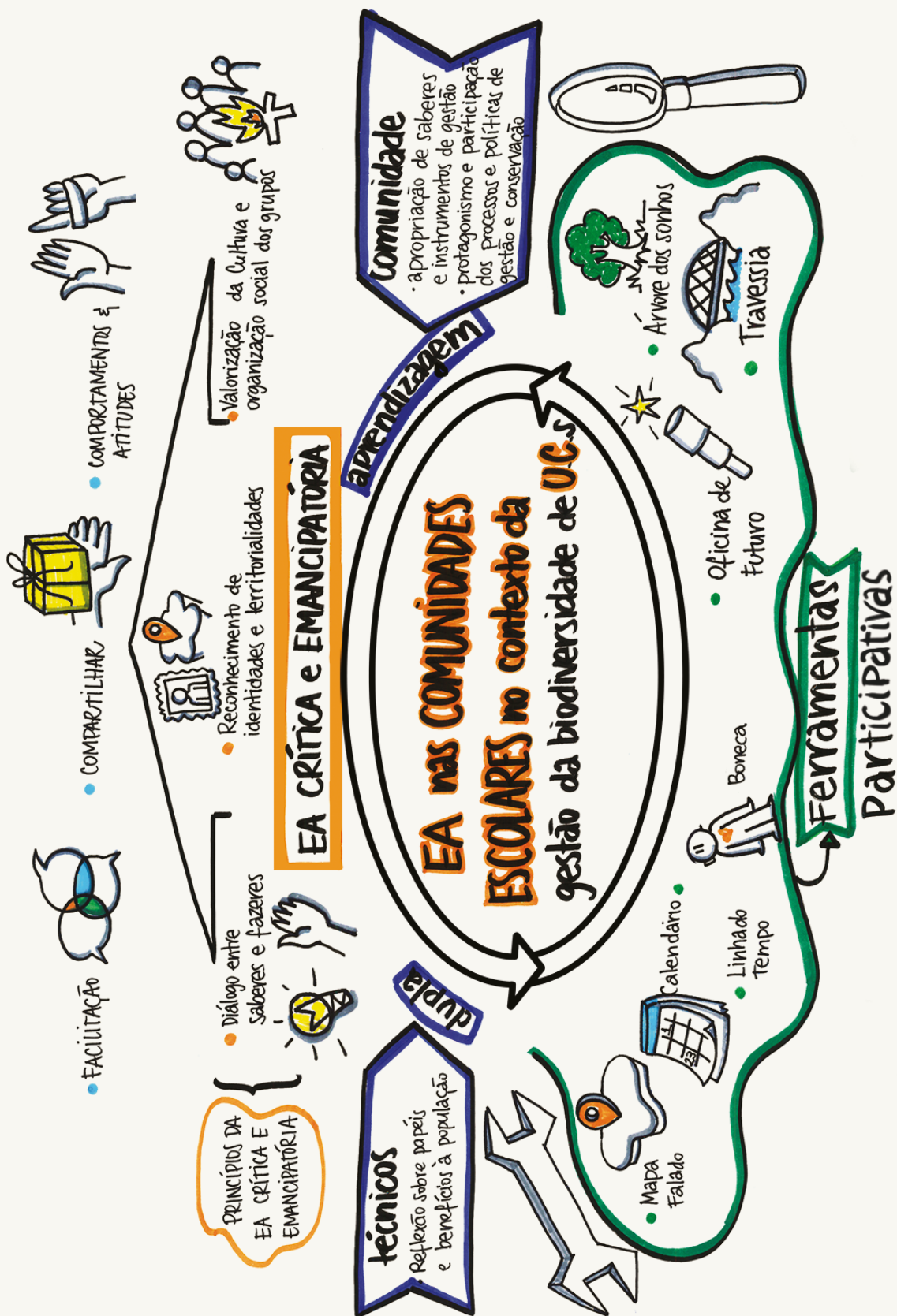
Finalizando essa seção do guia, vale ressaltar a importância da parceria entre UC e escola, refletindo sobre a relação de mão dupla que pode ser estabelecida entre essas duas entidades estratégicas para o fortalecimento da gestão ambiental pública de determinados territórios. A ação educativa de EA desenvolvida por processos pedagógicos diferenciados, que priorizem ações planejadas e construídas coletivamente de forma organizada, pautadas por uma postura dialógica, contribuirá fortemente para qualificar intervenções de grupos sociais nas práticas socioambientais e na gestão de áreas protegidas.

Essa parceria é também apontada como potencializadora de ações que qualificam a implementação de políticas públicas ligadas tanto à educação ambiental formal, quanto à conservação e à sustentabilidade do território.

O trecho abaixo ilustra bem a relevância da parceria entre UC e escola a partir de uma experiência concreta:

“É imprescindível um diálogo prévio com as secretarias de educação (municipal e/ou estadual), com os núcleos regionais de educação, com os diretores, pedagogos e professores. Conhecer as demandas escolares é um bom caminho para identificar pontos comuns com as demandas da UC e, a partir daí, pensar numa agenda conjunta de ações. Este diálogo vale também para as demais instituições com potencial de parcerias no sentido de identificar atores (universidades, ONGs etc) que comunguem os objetivos da UC, visando assim ao estabelecimento de uma rede de parcerias que possam, de forma participativa, planejar e executar ações de educação ambiental (...) tendo as UC como foco central, mas que possam despertar um interesse de agir coletivamente e abrir portas para sólidas parcerias”.

(Relato de experiência do Parque Nacional dos Campos Gerais e Reserva Biológica das Araucárias - Márcio Ricardo Ferla)

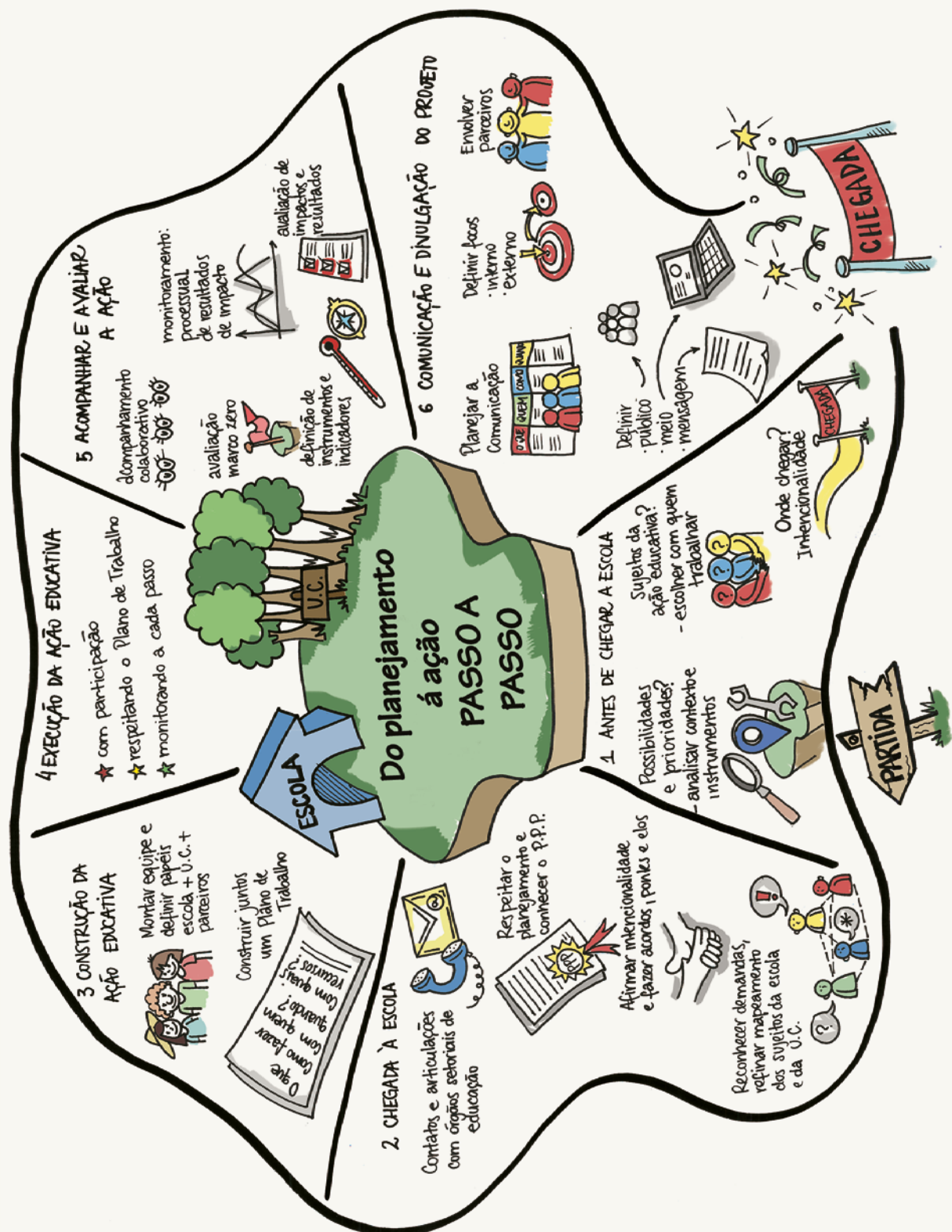




PARA APROFUNDAR

- ▶ BORRINI, Feyerabend, Tabela 3 - **Indicadores de participação em projetos de conservação e situações que requerem atenção especial por parte dos coordenadores do projeto (alerta)**, (1997a), adaptado. Ver em: <http://www.programaarpa.gov.br/wpcontent/uploads/2012/10/caderno4ArpaTecnicasParticipativas.pdf>
- ▶ CHAMBRERS, Robert e GUIJT, Irene - DRP: depois de cinco anos, como estamos agora? In **Revista Bosques, Árvore e Comunidades Rurais, nº26**. Quito, março de 1995.
- ▶ ENCEA, Caderno 3: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/caderno3.pdf
- ▶ MORIN, Edgar - **Os sete saberes necessários à educação do futuro** – UNESCO, Brasília, 2000
- ▶ QUINTAS, José Silva - **Educação no processo de Gestão Ambiental Pública: a construção do ato pedagógico**. ICMBio, Brasília, 2008. Ver em: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/EDUCACAO_NO_PROCESSO_DE_GESTAO_AMBIENTAL_PUBLICA.pdf.

SEÇÃO IV. E AGORA COMO FAÇO?



A título de exemplo e incentivo seguem alguns relatos das experiências que inspiraram este guia. Mais informações sobre cada uma das experiências veja nos anexos.

Passo 1. Primeiras aproximações, ou antes, de chegar à escola.

Assim, em 2011 foi feito um levantamento das instituições de ensino com as quais trabalharíamos. O critério para escolha das escolas foi a) estar no interior da APA de Guapi-Mirim b) se estiver fora da APA, estar próximo do limite, além de as famílias dos alunos terem estreita relação com o ambiente da UC. Posteriormente foram realizadas reuniões com as secretarias municipais de educação e com as regionais de ensino (ligadas à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro). Em seguida, ocorreram seminários junto aos professores, coordenadores pedagógicos e diretores, dos quais participaram cerca de 220 profissionais de 28 escolas da região. Nesses eventos, os participantes receberam materiais sobre educação ambiental e sobre as UCs, responderam questionários quanto ao seu perfil e atuação profissional em relação à educação ambiental, e debateram potenciais ações (pelo ICMBio, secretarias estaduais e municipais de educação e de meio ambiente) para que a questão ambiental fosse melhor difundida e trabalhada nas escolas.

(Depoimento tirado do relato de experiência realizada na APA de Guapi-Mirim / ESEC da Guanabara - "APA de Guapi-Mirim nas Escolas" - Juliana Cristina Fukuda)-juliana.fukuda@icmbio.gov.br

Passo 2. Chegada à escola

Como o Projeto começou?

- › **Fevereiro e março / 2011** - realização de reuniões com as secretarias municipais de educação e com as coordenadorias regionais de ensino.

Objetivo: definir as escolas que entrariam no escopo do trabalho (critério) e verificar quantos professores havia em cada uma delas.

- › **Em 2011** - realização de Seminários "Diagnóstico sobre a Educação Ambiental nas Escolas da Região da APA Guapimirim" com professores, coordenadores pedagógicos e diretores em Magé, Guapimirim e Itaboraí

Objetivo: divulgar as UCs, a PNEA, perfil dos educadores, como a EA era abordada nas escolas, quais as demandas para o ICMBio e demais instituições públicas

(Trecho de apresentação de Juliana Cristina Fukuda na Oficina 1 sobre a experiência realizada na APA de Guapi-Mirim / ESEC da Guanabara - "APA de Guapi-Mirim nas Escolas"- juliana.fukuda@icmbio.gov.br).

Passo 3. Construção da ação educativa

Dando sequência à programação, foi apresentado aos professores-cursistas o Plano de Ação Ambiental do município elaborado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente com apoio do Projeto Corredor Ecológico/JICA. O objetivo era fazê-los perceber as oportunidades para execução de ações em educação ambiental em parceria com a gestão ambiental municipal. Consta no Plano de Ação Ambiental Municipal a previsão de elaboração de projeto e instalação de viveiro florestal com vistas à educação ambiental. Assim sendo, os professores presentes deliberaram por solicitar que o viveiro fosse construído no interior da escola municipal, oferecendo assim, um excelente e permanente laboratório para atividades de educação e sensibilização ambiental.

(Trecho do Relatório de atividades Asas do Jalapão- 2013 - Programa Asas do Jalapão, uma iniciativa de Educação e Sensibilização Ambiental coordenada pela Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins/ICMBio, Parque Estadual do Jalapão/PEJ e Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA com apoio técnico e financeiro da Agência de Cooperação Internacional Japonesa/JICA - Ana Carolina Sena Barradas – Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins / ICMBio)

Passo 4. Execução da ação educativa

Objetivos da experiência: Reunir os professores e atores relacionadas a política pública de educação de 7 municípios e do Governo do Estado do Acre com dois objetivos específicos: 1º. Conduzi-los num processo de capacitação que os levasse a conhecer mais sobre a Reserva Extrativista Chico Mendes, convocando-os a participar da gestão; 2º. Construir coletivamente uma reflexão sobre o estágio atual da política de Educação na Reserva, elaborando propostas para o desenvolvimento.

Metodologia: O evento foi construído com a proposta de ser um processo coletivo de realização. Foram convidados para co-realização as prefeituras dos municípios da Reserva e a Secretaria Estadual de Educação do Acre. Assim realizamos o evento juntos – sem a mobilização das secretarias municipais para convidar e sensibilizar professores que moram e trabalham, alguns a dois dias de viagem, não teríamos sucesso. Foram realizados assim dois encontros separados, pela dificuldade logística e metodológica de reunir todas as pessoas num mesmo local.

(Depoimento tirado do relato da Experiência 1º. Encontro dos Professores da Reserva Extrativista Chico Mendes / AC - Anselmo Gonçalves da Silva – ICMBio\RCM, anselmo.silva@icmbio.gov.br)

Passo 5. Acompanhamento e avaliação da ação educativa

Resultados / impactos

Para a UC, houve um aumento da demanda por maiores informações sobre a UC, e solicitação para atividades colaborativas junto às escolas do entorno, além da mudança da percepção da comunidade em relação à função das UCs.

Aprendizagens

As ações interinstitucionais possibilitam a execução mais efetiva de políticas públicas, ao reunir infraestrutura, recursos humanos e financeiros, bem como abrindo a oportunidade para a participação de entidades colaboradoras (ONGs), ampliando a capacidade de realização.

Passo 6. Comunicação e divulgação do projeto

Uma forma de auxiliar experiências como estas é a elaboração de um termo de cooperação ou documento equivalente para que as instituições envolvidas estejam cientes de seus compromissos.

(Depoimentos tirados do relato de experiência realizada no PARNA Montanhas do Tumucumaque – PNMT - Projeto de Extensão: “Decifrando a Biodiversidade: estratégias didático-pedagógicas para o ensino de ciências e biologia a partir do plano de manejo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque” - Cristiane Rodrigues Menezes Russo – colaboradora, cristiane.r.menezes@gmail.com)

Aprendizagens

Em alguns momentos nos sentimos sós na gestão das UCs; quando nos integramos e interagimos no tecido social em ações como essa, percebemos que existem muitas outras pessoas e instituições disponíveis para a tarefa do desenvolvimento socioambiental, embora na maioria das vezes esses indivíduos chamem isso de outros nomes, por meio de outros códigos.

(Depoimento tirado do relato de experiência realizada na RESEX Chico Mendes: “1º. Encontro dos Professores da Reserva Extrativista Chico Mendes” - Anselmo Gonçalves da Silva, anselmo.silva@icmbio.gov.br)

SEÇÃO V.

PARA NÃO CONCLUIR OU PARA CONTINUAR

“ Trata-se de uma primeira aproximação destas UCs com a comunidade escolar, carecendo de continuidade e monitoramento destes processos. Porém, o que foi desenvolvido até agora já traz aprendizados importantes. Evidenciou-se como o conhecimento e a consideração das demandas do grupo com quem se trabalha, bem como o planejamento coletivo, fazem a diferença nos resultados. Atribuímos a estes dois principais fatores a excelente avaliação obtida no projeto. Essa legitimidade coletiva abre caminhos para novas iniciativas e novos engajamentos para projetos futuros”.

(Relato de experiência do Parque Nacional dos Campos Gerais e da Reserva Biológica das Araucárias - Márcio Ricardo Ferla)

Algumas reflexões encerram essa publicação deixando em aberto esse diálogo inicial entre a educação ambiental em unidades de conservação e comunidades escolares. Muitas possibilidades poderão e deverão frutificar na medida em que a prática vai permitindo seu amadurecimento e consequente aperfeiçoamento. O que está por vir deve ser descoberto por cada um que se aventurar nesse caminho e se dispuser a compartilhar experiências com educadores e gestores. Somente dessa forma seguiremos avançando!

O Brasil, com sua megabiodiversidade associada às múltiplas e distintas relações sociais, culturais, econômicas e territoriais, necessita cada vez mais de múltiplas abordagens de análises e intervenções. Assim, a metodologia apontada neste guia precisa ser tratada como um conjunto de ideias e sugestões a serem trabalhadas, adaptadas e construídas de acordo com as necessidades e demandas das pessoas e da comunidade escolar inserida nos territórios específicos.

Como nos alerta Edgar Morin, é necessário desenvolver a aptidão natural para situar informações em um conjunto. É preciso situar os dados isolados em seu contexto. Só assim eles irão adquirir sentido. É fundamental, portanto, ensinar métodos que permitam estabelecer as relações mútuas e as influências recíprocas entre as partes e o todo em um mundo complexo. (MORIN, 2000)

Acreditamos que a EA como instrumento de gestão ambiental seja uma ferramenta com potencial de realizar essas conexões e enfrentar o desafio de desvelar a complexidade do mundo, tanto na perspectiva local, quanto global. Ela precisa, ainda, considerar o que diz a poética de Manoel de Barros:

“ Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica, nem com balanças, nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós”

(BARROS, 2006)

A EA propicia o (re)encantamento de pessoas e comunidades, trazendo novas reflexões sobre a problemática ambiental, social e ética. Ela ocorre na relação dialógica, na diversidade dos atores, na subjetividade, construindo caminhos possíveis que viabilizem as transformações na sociedade na medida em que as comunidades locais se tornem mais fortes e adquiram maior poder de decisão sobre a sua vida em seus territórios.

A EA, enquanto campo de conhecimento, tem sido um componente importante para se repensar, no âmbito de metodologias e práticas, ações educativas tradicionais voltadas para a relação existente entre sociedade e natureza, sejam nos contextos formais ou nos não formais. Deste modo, e como vimos neste guia, é parte de alguns pressupostos fundamentais que orientam a concepção e execução de ações. Uma vez mais, vale reforçar aqui alguns deles.

PARCERIA



**É IMPORTANTE
QUE OCORRA
UM PROCESSO
DEMOCRÁTICO
DE CONSTRUÇÃO
PARTICIPATIVA E
PERMANENTE**

Primeiramente, a realidade local deve sempre servir como tema inicial da contextualização e da problematização que mediará as ações de educação ambiental, a partir de um ou mais temas geradores, sem com isso restringir a ação, visto que está inserida em um contexto bem mais amplo de correlações. Resgatando ainda Edgard Morin, ele chama essa aptidão de “contextualização dos saberes e integração dos mesmos em seus conjuntos naturais” (Morin, 2000).

É importante que ocorra um processo democrático de construção participativa e permanente. O impacto transformador das ações de EA requer a ação ativa, intencional, continuada, construída horizontalmente com a comunidade envolvida, ou seja, “construída com as pessoas, e não para as pessoas”.

É fundamental, ainda, a correlação imprescindível com a prática, de modo a desenvolver e inculcar uma consciência crítica sobre a problemática ambiental a partir de experiências e conflitos concretos, objetivando mudanças e transformações.

Voltamos a afirmar que, ao desenvolver ações de EA com comunidades escolares no ensino formal, não se pretende substituir o papel do professor ou educador, nem interferir na autonomia da escola. Cada instituição (UC, escola, parceiro etc.) possui demandas, planejamento e capacidade operacional próprios. O importante neste processo é buscar pontos comuns, que não são poucos. Assim, em um planejamento coletivo e integrado, pode-se potencializar a execução das ações, atendendo ambas as agendas institucionais, refletindo-se em benefícios para todo o território.

A estruturação de processos abertos que demandam uma postura participativa dos atores envolvidos exige o rompimento da surdez racionalista, normativa e institucional. É importante ter uma escuta sensível! Como nas reflexões trazidas pelo texto “Escutatória” do educador Rubem Alves, sobre comunicação, que relata as dificuldades que o ser humano apresenta no exercício de ouvir:

“ Sempre vejo anunciados cursos de oratória. Nunca vi anunciado curso de escutatória. Todo mundo quer aprender a falar. Ninguém quer aprender a ouvir. Pensei em oferecer um curso de escutatória. Mas acho que ninguém vai se matricular”.

O autor ressalta que não basta termos ouvidos para ouvir. É necessária também a ocorrência do silêncio, desarmado e desprovido de avaliações críticas imediatas.

Saber ouvir o que as pessoas estão querendo, aprender sobre suas expectativas, levantar a demanda da escola e da comunidade, como também expor de forma clara e transparente o seu objetivo são o início de uma construção coletiva. Experiências práticas demonstram que, quanto mais participativo for o processo, maior sua chance de êxito, legitimidade e reconhecimento. Nesse contexto é também necessário conhecer as referências ou o “em que fonte bebemos” da escola. Deve-se conhecer os documentos relacionados à educação (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Parâmetros Curriculares Nacionais; projeto político pedagógico da escola e política municipal, estadual, nacional de educação ambiental), contextualizar o território no processo educativo, resgatando a identidade cultural e o conhecimento tradicional através da valorização dos saberes das comunidades, integrando família e escola no processo, como formas indispensáveis de aproximação qualificada com o futuro parceiro.



© Roberto Zanin / ICMBio

Ainda algumas lembranças para fortalecimento do processo:

A avaliação processual é fator importante em todas as etapas de ação, sendo parte integrante do planejamento. É uma ferramenta potente para identificar desvios de rota e erros, fornecendo subsídios para possíveis ajustes e correções sem comprometer todo o trabalho.

A sistematização dos registros, seja por meio de relatórios, fotos, vídeos, áudios e/ou avaliações escritas, é fundamental para o fechamento de um ciclo. Todo o processo deve ser registrado, para uma efetiva análise, avaliação e (re)planejamento quando necessário, como também para transmissão aos demais, contribuindo assim para a institucionalização e a visibilização do processo.



Muitas vezes, os processos educativos são focados em uma única pessoa dentro de uma UC ou dentro da escola, o que chamamos de personificação do processo. Ora, se a EA é um direito de todos, dever do Estado e adota como premissa processos participativos, personificar ações e atividades é prejudicial ao processo. Por este motivo, precisamos perseguir a institucionalização das ações de educação ambiental, enraizando-as tanto dentro da gestão das UC, como nos demais processos da unidade (proteção, uso público, pesquisa etc.), e dentro da gestão escolar, trabalhando sempre no sentido de inserção das ações de EA no projeto político pedagógico da escola.

A ação educativa deve ser contínua, envolvendo a diversidade de atores como protagonistas no processo. Assim, se por ventura, uma das instituições envolvidas tenha que se afastar das ações, as demais estarão empoderadas suficientemente e terão autonomia para darem continuidade ao processo.

Por fim, trata-se de uma primeira aproximação sistematizada das ações que o ICMBio e parceiros vêm realizando conjuntamente com comunidades escolares, num processo coletivo de construção, aberto para incorporar novas iniciativas que contribuam para melhor qualificar este diálogo.

O que foi mostrado até aqui são “algumas chaves” de “alguns castelos”, que obrigatoriamente precisam ser adentrados, explorados e apropriados para exercermos uma efetiva gestão ambiental pública.

Agora é com vocês e conosco! Mãos à obra e vamos nessa!

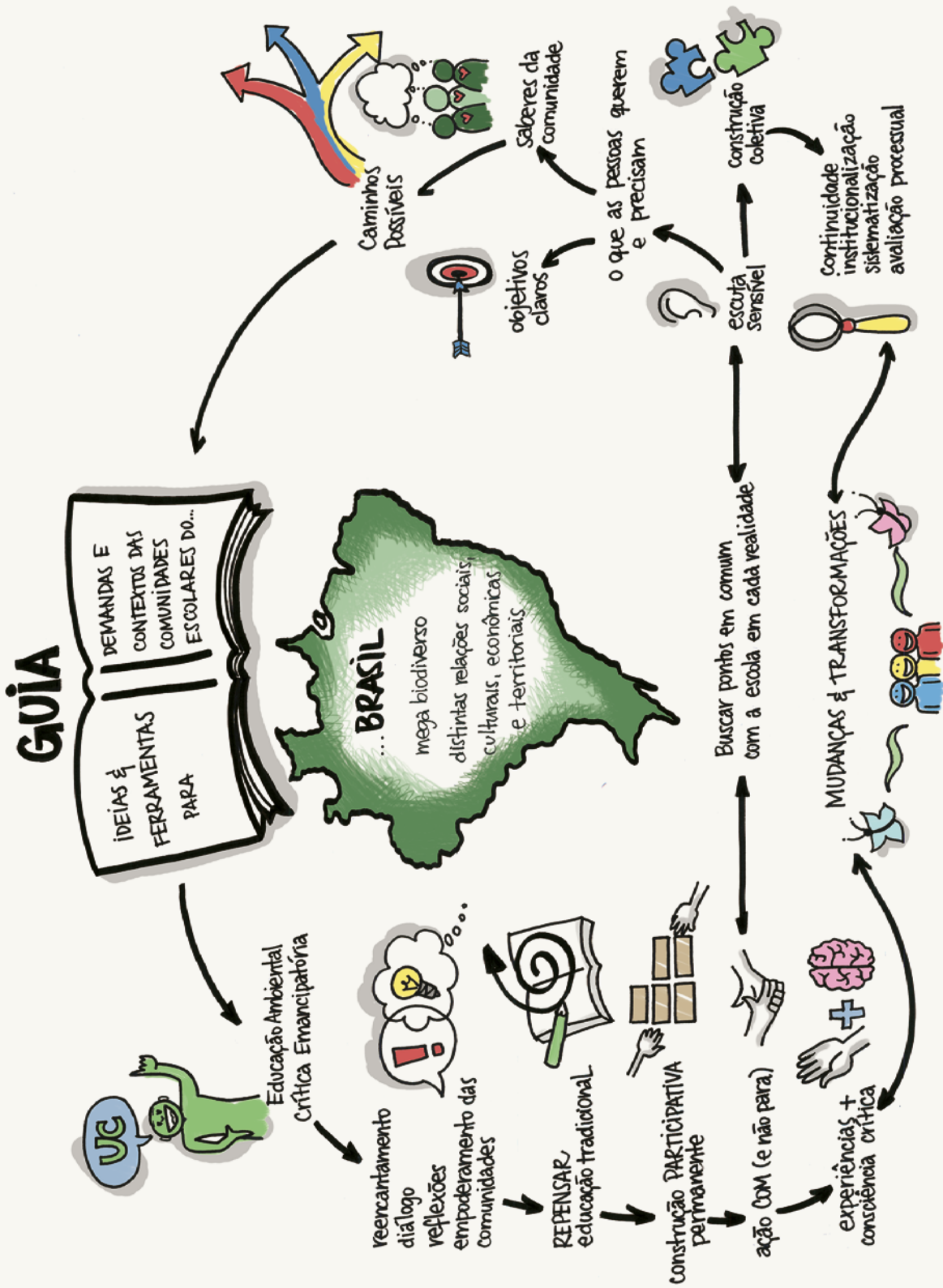
PARA APROFUNDAR



- ▶ ALVES, R. A. *Escutatória* in *Correio Popular*, Campinas, 09/04/1999
- ▶ BARROS, M. **Memórias Inventadas: A Segunda Infância**. Planeta, São Paulo, 2006.
- ▶ MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro** – Unesco, Brasília, 2000



© Roberto Zanin / ICMBio





© Edward Parker - WWF

ANEXOS

Realize a leitura do QR Code abaixo ou acesse o link para visualizar os anexos.



<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/biblioteca/educacao-ambiental-em-uc.html>

Educação Ambiental em Unidades de Conservação:

Ações voltadas para Comunidades Escolares no contexto da Gestão Pública da Biodiversidade



100%
RECICLADO

Objetivos

Este projeto se propôs a traduzir a linguagem científica para uma mais didática e lúdica.

O guia

Ferramenta para apoiar o desenvolvimento de ações de educação ambiental nas comunidades escolares em áreas de influência das UCs.




Art. 225 da Constituição Federal

Diz que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

7 UCs

Gestores de sete unidades de conservação participaram da construção deste guia.

	<p>Por que estamos aqui? Para frear a degradação do meio ambiente e para construir um futuro no qual os seres humanos vivam em harmonia com a natureza.</p> <hr/> <p>wwf.org.br</p>
---	--



Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA